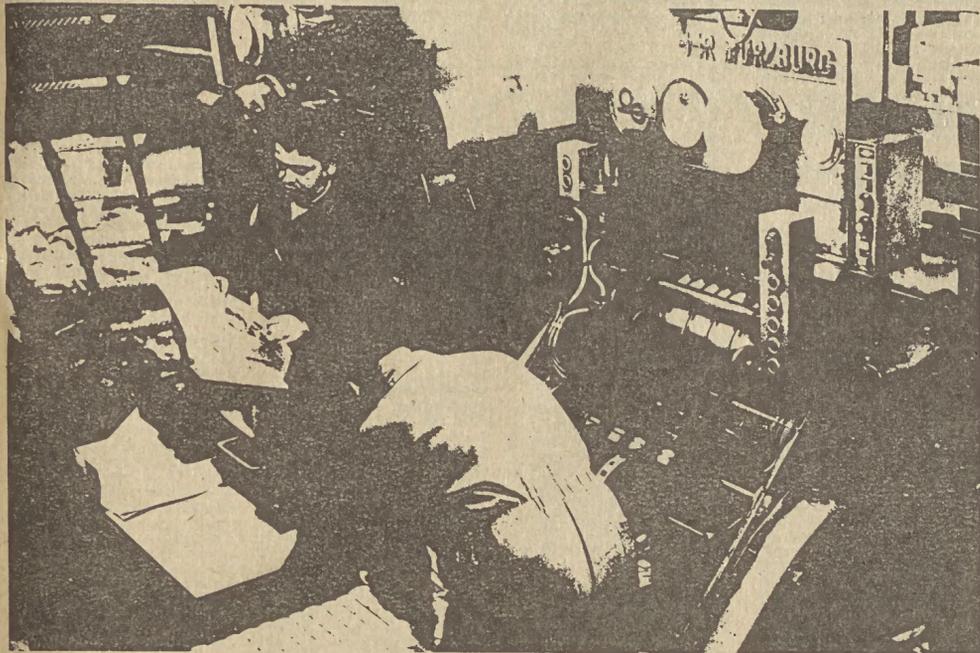


## NOTAS DA COMISSÃO POLÍTICA DO PCP



### ● Sobre a grande Imprensa diária

1. Uma das grandes vitórias da revolução portuguesa foi a conquista da liberdade de expressão do pensamento, designadamente da liberdade de imprensa.

No tempo do fascismo, a grande imprensa tinha sido quase toda comprada pelos bancos e grandes grupos monopolistas, que controlavam assim os principais meios de informação.

Depois do 25 de Abril foi através de uma luta tenaz dos trabalhadores da informação (jornalistas, operários gráficos e outros empregados) que os grandes jornais foram libertados das direções fascistas e do controlo dos monopólios capitalistas. A nacionalização dos bancos e das grandes empresas abriram possibilidades novas para a independência e controlo democrático dos grandes órgãos da imprensa.

2. A libertação dos grandes órgãos de informação da propriedade e da direcção dos grandes

grupos monopolistas encontraram sempre uma forte resistência da reacção, assim como dos partidos que pretendiam passar a utilizar para a sua propaganda partidária os grandes meios materiais e técnicos e o próprio nome e expansão dos grandes jornais.

Num determinado período da revolução, houve partidos que conseguiram que membros seus fossem postos à frente de grandes jornais, onde prosseguiram uma política sectária de cobertura dos respectivos partidos.

Quando, no processo de luta dos trabalhadores pela independência e liberdade da informação, essas pessoas foram substituídas, tais partidos, profundamente descontentes, passaram a acusar o PCP de «ter assaltado os meios de comunicação social», embora esta acusação fosse completamente falsa.

Tem de reconhecer-se que alguns grandes órgãos

(Continua na pág. 2)

### ● Nova operação subversiva de grande estilo

1. Tudo indica que está em preparação uma nova operação subversiva de grande estilo, levada a cabo pela pior reacção, tendo como eixo e pretexto principal um pretense «plenário» de «agricultores», convocado para o dia 14 de Dezembro, em Rio Maior, por um anónimo «secretariado nacional».

Estão ainda por averiguar as provocações reacçãoárias que, a partir daquela mesma vila e também de um pretense «plenário» de «agricultores», tiveram lugar nas vésperas do 25 de Novembro, com o levantamento de barragens e o corte de muitas estradas numa vasta região do Ribatejo e do Oeste, com a interrupção de uma via de caminho de ferro, com ameaças de corte de água e de electricidade a Lisboa e os assaltos a herdades colectivas no Alentejo.

Sabe-se que até agora não foi pedida qualquer responsabilidade aos promotores desses actos criminosos, o que contrasta significativamente com a severidade com que continuam a ser perseguidos

homens de esquerda, militares e civis, acusados de implicação no 25 de Novembro.

Não consta que até agora tenha sido passada qualquer busca para a procura de armas às casas de reacçãoários de Rio Maior e povoações vizinhas, havendo muitos motivos para se suspeitar que aí se acoitam agentes terroristas armados do ELP e do MDLP.

Os organizadores da operação de 14 de Dezembro, encorajados pela impunidade, não escondem, nos documentos que distribuem e palavras que proferem, a intenção de reeditar as proezas de 24 de Novembro — corte de estradas e vias férreas, corte de água a Lisboa, preparativos de uma marcha sobre o Alentejo — e não escondem também os seus ambiciosos objectivos políticos, tais como a alteração da Lei da Reforma Agrária num sentido favorável aos latifundiários e o

(Continua na pág. 2)

## AS TAREFAS DA HORA PRESENTE

A hora que vivemos não faz esmorecer o ardor revolucionário. As ameaças do fascismo e da direita reacçãoária têm pela frente as massas populares organizadas e prontas para grandes jornadas de luta. A defesa das conquistas históricas da Revolução é tarefa da hora presente e será cumprida porque está em boas mãos. Dela se encarrega o Povo trabalhador de Portugal.

### Editorial

#### LIÇÕES E EXPERIÊNCIAS DO 25 DE NOVEMBRO

As derrotas e insucessos da luta revolucionária são, em geral, o produto acumulado de erros e imprevistos das forças da Revolução. Simultaneamente arrastam a uma perda de posições, a paragens e mesmo por vezes a retrocessos no processo revolucionário.

No devir de uma Revolução que se integra no sentido da História os insucessos e derrotas são necessariamente parciais. Deles resultam experiências e devem extrair-se lições; deles há que fazer argamassa para os sucessos decisivos de amanhã.

Dos acontecimentos de fins de Novembro que provocaram alterações tão importantes na correlação de forças, importa sacar lições. As lições essenciais e quanto antes porque a cadeia dos acontecimentos sofreu uma paragem mas não foi quebrada e outros acontecimentos porventura mais graves estão no choco.

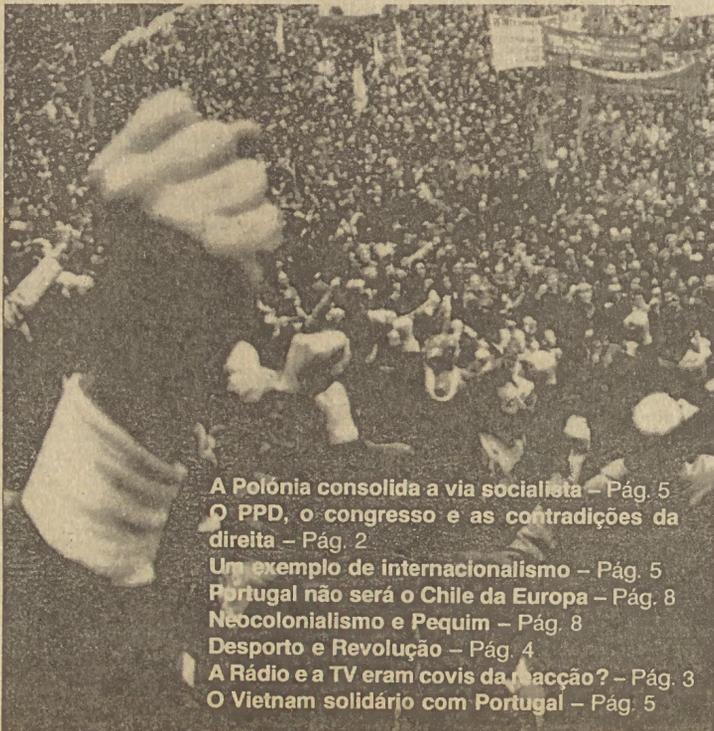
Colher experiências, extrair lições — um trabalho a que se lança com afinco o PCP, vanguarda organizada da classe operária, o PCP que insistentemente alertou e alerta para os perigos que ameaçam a Revolução e com persistência batalha por uma solução política, negociada, de compromisso, para a crise político-militar.

Neste sentido se integra o grande comício-esclarecimento do PCP, domingo último no Campo Pequeno.

///

Aclarar no seio do Povo uma situação crítica e perigosa que mistificadores e divisionistas tentam complicar e manter obscura; explicar às massas a política do Partido do proletariado que inimigos jurados da Revolução intentam deformar, é uma das tarefas prioritárias imediatas dos comunistas.

(Continua na pág. 2)



### AGRESSÃO IMPERIALISTA EM TIMOR

Num acto típico de agressão fascista, a Indonésia interrompeu pela violência o processo de descolonização de Timor Leste. Exigir o fim da ingerência armada é dever dos povos do mundo inteiro

Para forçar a integração da ex-colónia portuguesa na Indonésia, o governo de Jacarta invadiu Timor Leste ocupando a capital onde a FRETILIN declarou a independência. Henry Kissinger, secretário de Estado americano, afirmava, oportunamente que «os Estados Unidos compreenderam a posição da Indonésia em relação a Timor e não reconhecerão a República Popular de Timor-Leste».

Consumada a invasão, a Indonésia cortava relações com Portugal e chamava o seu embaixador a Jacarta, onde foi mandada encerrar a embaixada portuguesa. Segundo fontes indonésias, a resistência da FRETILIN terminou. Portugal cortou, por sua vez, as relações diplomáticas com o governo indonésio.

Enquanto isso, o presidente americano Gerald Ford viajava de Pequim para Jacarta, depois de cinco dias de conversações na capital chinesa que ele próprio classificou de «amistosas, francas, substanciais e construtivas». Funcionários americanos afirmaram que o chefe de Estado americano conseguiu em Pequim que a China não intervisse no sistema de segurança americano.

Adam Malik, ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio,

confirmava, entretanto, que a FRETILIN pôs termo à resistência, acrescentando que «estamos a ajudar a manter a paz na área» e não a agredir Timor Leste.

Reuniu para tratar da questão, o Conselho de Ministros português condenou a agressão indonésia, decidiu cortar relações com Jacarta e pediu a intervenção da ONU para a libertação de 23 militares portugueses em poder dos movimentos fantoches pró-indonésios.

Em Díli, a maioria da população abandonou a cidade perseguidos pelos invasores, os dirigentes da FRETILIN ter-se-iam refugiado nas montanhas para continuar a luta.

José Ramos Horta, ministro dos Negócios Estrangeiros da nova República de Timor, partiu, entretanto, para a Austrália, Moçambique, Portugal e Estados Unidos, à frente de uma delegação, a fim de explicar os pontos de vista da FRETILIN e obter o apoio das Nações Unidas.

As recentes conversações em Roma entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Melo Antunes, e da Indonésia, Adam Malik, não evitaram a invasão. O imperialismo recorre à agressão militar em Timor Leste com a ajuda dos movimentos fantoches, um dos quais, a

UDT, para maior clareza nos objectivos que persegue contra os trabalhadores timorenses, passou a chamar-se MAC (Movimento Anti-Comunista).

A guerra «poderá ser longa, sangrenta e destruidora», como advertiu Xavier de Amaral, presidente da FRETILIN, em telegrama para Gerald Ford, pedindo-lhe que a evitasse.

Condenar essa agressão, essa ingerência armada nos assuntos de outro país, que vai contra todos os princípios admitidos até pelos próprios imperialistas, é dever que cumprirão os povos de todo o mundo. O nosso Partido, a classe operária e todos os trabalhadores portugueses exigem que sejam respeitados os princípios de autodeterminação e independência que devem presidir à descolonização. A Indonésia de Suharto, chefe de um regime responsável directo por uma violenta repressão anticomunista, que ainda há poucos anos levou à morte e à tortura mais de cem mil camaradas e trabalhadores indonésios, não tem quaisquer direitos sobre o povo e o território de Timor Leste. Todos os meios devem ser utilizados para que cesse a invasão do regime de Jacarta e para que as tropas invasoras abandonem imediatamente o país.

**Editorial**

(Continuação da pág. 1)

«O objectivo principal deste comício — disse Álvaro Cunhal — é fazer o ponto da situação, referindo as consequências principais e imediatas dos últimos acontecimentos».

«Ulteriormente será feita uma análise mais profunda. Mas desde já é indispensável tirar algumas primeiras conclusões essenciais.»

Os empedernidos que ficaram e permanecem surdos aos avisos e propostas do PCP que refletem sobre as duras lições dos últimos acontecimentos e tirem, eles também, conclusões práticas imediatas.

As consequências principais da eclosão e derrota das sublevações militares de esquerda são novos deslocamentos para a direita nas estruturas do poder e uma nova vaga de saneamentos do aparelho de Estado, principalmente nos ministérios dirigidos por socialistas, e nas forças armadas. Paralelamente, como sintomas duma incipiente resistência à política reaccionária e direitista de dirigentes como Sá Carneiro e outros verifica-se um certo reagrupamento e reordenamento das forças políticas da burguesia.

Os perigos do fascismo avolumaram-se a nível do enfraquecimento das barreiras de resistência a fim do poder e com a consequente perda de posições políticas a favor da direita reaccionária e que deve juntar-se a ameaças de desmembramento e abastardamento político do MFA.

O PCP viu e preveniu a tempo dos perigos de divisão do MFA e das forças democráticas. Viu e preveniu dos perigos para as liberdades das alianças à direita. Viu e preveniu a tempo dos perigos do esquerdismo e do aventureirismo nas forças armadas sob o impulso de certos sectores políticos de esquerda.

Os pecados do verbalismo e da irresponsabilidade pagam-se caros. O custo foi agora pesado com as posições conquistadas pela direita, pelo aparecimento de critérios repressivos contra operários do 25 de Abril e pela privação de homens valiosos que têm ainda muito de útil a dar à Revolução.

Mas como disse Álvaro Cunhal no domingo, no Campo Pequeno, «Por paradoxal que pareça, a derrota da esquerda militar, pelos trágicos ensinamentos que traz e pelos perigos imediatos que levanta, cria condições novas para a unidade das forças interessadas na salvaguarda das liberdades, da democracia, da revolução.»

**• Nova a operação subversiva de grande estilo**

(Continuação da pág. 1)

afastamento de individualidades mais à esquerda nos órgãos do poder militar.

A reacção ensaia a partir de Rio Maior um 2.º golpe contra a Revolução e a Democracia.

**2.** O PCP sempre distinguiu e distingue os agricultores e o povo de Rio Maior dos grupos de activistas reaccionários organizados em torno do Nobre das Salsichas e de outros fascistas locais.

Os agricultores e o povo de Rio Maior bem como de outras regiões vizinhas do Ribatejo e Oeste, das Beiras e do Norte, estão sendo vítimas de uma colossal manipulação que, explorando justas queixas e reivindicações, procura transformá-los em instrumentos da contra-revolução, em tropa de choque dos grandes senhores que querem a todo o custo liquidar as liberdades e a democracia e restaurar a tirania e o terror fascistas.

O PCP diz aos agricultores e ao povo de Rio Maior e de outras regiões agrícolas do Ribatejo e Oeste que, ao contrário das mentiras que lhes impingem os fascistas e reaccionários, os males que os afectam não são da culpa nem dos operários e outros trabalhadores da cintura industrial de Lisboa que dedicadamente defendem a Revolução, nem dos assalariados agrícolas alentejanos e ribatejanos que realizam abnegada e corajosamente a reforma agrária, nem dos homens e partidos de esquerda que põem acima de tudo a luta pelos interesses populares. Esses males vêm ainda da ditadura fascista, da política de protecção dos grandes e exploração dos pequenos sempre praticada pelos governos de Salazar e Caetano e tem origem mais recente na sabotagem económica e na política de «terra queimada» praticadas pelos grandes senhores do capital e da terra, inimigos jurados tanto dos operários e trabalhadores como de todos os pequenos e médios agricultores.

O comício do CDS, partido da extrema-direita e do capital, realizado em 6 de Dezembro, em Rio Maior, mostra bem quais são as forças que comandam as acções subversivas realizadas a partir desta terra contra a revolução e a democracia.

Que Galvão de Melo tenha aparecido a brandir uma moça — «A voz de Rio Maior» como lhe chamou — e a incitar a que se lancem os comunistas ao mar e se marche sobre Lisboa e o Sul, que Diogo Freitas do Amaral (o delfim de Marcelo Caetano) escolha a tribuna

**• Sobre a grande Imprensa diária**

(Continuação da pág. 1)

de informação adoptaram uma orientação muito fechada, esquerdista ou esquerdizante, por vezes em busca do «escândalo» político e militar, não tendo em conta a situação real e os múltiplos efeitos negativos de certos materiais publicados.

Nos jornais estatizados, com elevados défices pagos pelo Estado, criaram-se problemas reais necessitando de uma solução política justa.

**3.** O PCP, embora apontando esses problemas reais, valorizou sempre o papel dos trabalhadores da grande imprensa na libertação desta do domínio e direcção do grande capital monopolista e seus agentes.

Sem deixar de referir sérios erros praticados nos jornais, valorizou sempre a orientação progressista e defensora dos interesses dos trabalhadores imprimida, em geral, pelos trabalhadores aos respectivos jornais. Apoiou a elaboração dos Estatutos editoriais e a criação de estruturas democráticas.

A solução dos problemas existentes deveria ter em conta estas realidades, procurar sempre um acordo com os trabalhadores e nunca partir da imposição pela força ou pela coacção.

**4.** Nos últimos tempos, alguns partidos, designadamente o PS e o PPD, ao mesmo tempo que acusavam falsamente o PCP de ter tomado o controlo dos grandes jornais diários, mostravam o seu projecto de concertarem a liberdade e a independência de informação e de se apossarem dos grandes jornais estatizados.

O estado de sítio, com a suspensão das liberdades e direitos dos cidadãos e a suspensão dos jornais diários na Região Militar de Lisboa criaram as condições ideais para uma tal operação.

**5.** No dia 4 de Dezembro, o Conselho de Ministros resolveu adoptar como ponto de partida para o recomeço da publicação dos jornais estatizados, a nomeação de administradores para as empresas respectivas a partir da indicação de nomes pelos três partidos que têm membros seus no governo. Dado que cabe às administrações a reorganização dos jornais e a nomeação de directores e chefes de redacção. Isto significaria na prática a «partilha» pelos três partidos dos grandes órgãos estatizados da imprensa de Lisboa.

No congresso do PPD, as tendências pró-fascistas de Sá Carneiro provocaram a cisão nas suas fileiras e o consequente abandono do partido de numerosos dos seus dirigentes e outros membros. Como é da boa tradição fascista os dissidentes foram apodados de «comunistas» só por discordâncias das posições de extrema direita do secretário geral. A cisão do PPD tem consequências imediatas no seu grupo de deputados dos quais 21 pelo menos já se decidiram a formar um grupo dito independente na Assembleia Constituinte. Num momento em que na própria Assembleia estão em discussão problemas como o da revisão ou anulação do «Pacto Constitucional» dos partidos com o MFA a cisão do PPD assume uma certa importância.

Para já tal cisão no seio do PPD significa um debilitamento da sua ala mais reaccionária. A curto prazo este facto poderá condicionar quaisquer projectos de remodelação governamental.

Pelo seu carácter altamente perigoso, dados os acontecimentos do 25 de Novembro em Rio Maior, a concentração anunciada por grandes agrários do Ribatejo e do Alentejo e alguns dos seus propósitos já conhecidos são de molde a suscitar a mais séria vigilância das forças revolucionárias. Nos acontecimentos de Novembro as aruaças dos reaccionários de Rio Maior foram a espoleta duma operação muito mais vasta contra o processo revolucionário.

É significativo que os agrários de Rio Maior que até agora não foram afectados pela aplicação da lei da Reforma Agrária ponham no centro da sua iniciativa antipopular e contra-revolucionária a revogação da referida lei.

Conhecem-se alguns projectos subversivos que serão naturalmente rechaçados pelas massas populares e pelos militares interessados em conjurar a ameaça do fascismo. A realização em Rio Maior do comício do CDS donde saíram as ameaças mais megalómanas do general Galvão de Melo, mais reforça a necessidade duma geral vigilância popular. Nos dias mais próximos o aumento dos perigos e ameaças do fascismo terão de encontrar de novo diante de si a vontade e a determinação das massas populares.

Entre os perigos e ameaças que vêm da direita reaccionária assume maior importância as propostas de solução política para a crise reiteradas de novo pelo PCP. Serenamente, insistentemente o PCP reafirma que a única forma de superar a crise, de desfazer a perigosa ameaça de retorno do fascismo é a discussão aberta e franca dos caminhos que podem salvar a Revolução, as liberdades, as conquistas revolucionárias do nosso povo.

de Rio Maior para reclamar despuradamente o regresso ao passado, a ninguém pode surpreender. Um e outro, embriagados pela recente derrota da esquerda militar, terão julgado ser a altura de subscreverem uma obra de continuada provocação contra-revolucionária até agora no anonimato.

Se os dirigentes do PS se convencerem alguma vez que era sua a trela que conduzia os reaccionários de Rio Maior têm aqui uma boa lição em que devem reflectir.

**3.** A operação provocatória marcada para 14 de Dezembro em Rio Maior vai pôr à prova a orientação democrática das novas estruturas militares.

Não se podem negligenciar as múltiplas reuniões preparatórias que conhecidos fascistas estão a realizar em vários concelhos do Oeste e Ribatejo. Não se pode subestimar a gravidade das ameaças e grandes objectivos políticos que os organizadores deixam «escapar». Não se pode permitir que o país seja de novo convulsionado por uma gigantesca provocação reaccionária.

A ameaça do fascismo não se combate consentindo manifestações contra-revolucionárias e, menos ainda cedendo a elas.

É urgente encetar uma decidida luta contra a reacção, particularmente contra organizações e acções terroristas.

É imperioso garantir o exercício das liberdades e dos direitos dos cidadãos em todo o território nacional.

É necessário que o governo e as autoridades tomem as medidas adequadas para impedir que no dia 14 se assista a mais uma grande provocação contra-revolucionária.

É necessário que a classe operária, as massas trabalhadoras e populares de todo o país e em especial nas regiões do Oeste e Ribatejo e na região de Lisboa estejam atentas e vigilantes em relação à operação provocatória de Rio Maior e a outras que lhe podem vir associadas.

10 de Dezembro de 1975

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

**O PPD, O CONGRESSO E AS CONTRADIÇÕES DA DIREITA**

As decisões do Congresso do PPD e a cisão ocorrida em Aveiro denunciam os objectivos e as contradições das forças contra-revolucionárias

A realização do II Congresso extraordinário do PPD revestiu-se de alguma expectativa, uma vez que as posições ultimamente assumidas por alguns dos seus dirigentes — nomeadamente pelo seu secretário-geral — eram alvo de críticas mais ou menos severas dentro do próprio PPD.

O desenvolvimento dessas críticas, o avolumar de tensões conduziram ao desfecho conhecido: uma cisão, acompanhada por uma radicalização contraditória dos elementos conservadores que permaneceram em torno de Sá Carneiro. O facto de o PPD constituir hoje em Portugal uma das mais importantes estruturas da reacção concedeu aos resultados da reunião de Aveiro uma importância que não pode ser descurada.

**OS «DISSIDENTES» DO FASCISMO**

Quando da sua constituição imediatamente após o 25 de Abril, dois elementos confluiram no PPD: uma certa nomeada criada pela acção dos chamados «deputados independentes» na última Assembleia fascista e a necessidade de reagrupamento de algumas camadas possedentes que nos últimos anos da ditadura manifestavam reservas quanto à actuação do regime de Caetano.

É possível afirmar que a influência conquistada pela «ala liberal» da assembleia eleita em 1969 foi fruto de um aproveitamento político da luta popular por parte de elementos representativos de estratos sociais que em relação ao regime fascista tinham apenas divergências de pormenor.

Com efeito, os contactos económicos com o imperialismo, fruto da evolução da economia portuguesa — as dificuldades criadas pela guerra colonial, as contradições internas do regime fascista e fundamentalmente a reacção ao crescente isolamento popular do governo de Caetano criaram em camadas da burguesia a ilusão de que seria possível para Portugal uma saída política que mantivesse os quadros económicos do capitalismo, atenuando o sistema político brutalmente repressivo do fascismo. Face à crescente oposição popular contra a política de exploração e pressão, desenharam-se as tendências de a manter atenuada, a tendência de, segundo uma frase que fez escola, «mudar qualquer coisa para que tudo ficasse na mesma».

A participação «condicional» de algumas figuras políticas nas listas da ANP em 1969 (em clara oposição às apresentadas pelas forças democráticas — o que é frequentemente esquecido) denota já de si a tentativa de alterar qualquer coisa dentro do sistema, mantendo, é claro, o essencial — ou seja a estrutura económica.

**APROVEITAR A LUTA DO POVO**

À partida, estes «liberais» da Assembleia fascista não dispunham de qualquer audiência junto das massas populares. O seu aparecimento veio contudo a verificar-se quando aproveitaram as lutas populares, as lutas das classes trabalhadoras para integrados no regime fascista a ele se oporem.

A audiência que Sá Carneiro, Pinto Balsemão, Magalhães Mota, etc. adquiriram até 1973 não proveio de forma alguma do desenvolvimento das teses que haviam defendido durante a sua campanha eleitoral, da defesa das alterações que propunham quando se apresentaram como «independentes» dentro das listas da ANP mas sim quando falaram da luta das classes trabalhadoras, da repressão que se abatia sobre os democratas contra os quais tinham surgido em 1969. Foi uma nomeada conquistada não pela defesa das «soluções sociais-democratas» da «propriedade privada» a que hoje logicamente retornaram, mas sim quando o povo ouviu nas suas vozes o pávido retrato de uma lei de imprensa que reflectia a luta dos democratas pelas liberdades democráticas ou quando pediam tranquilamente das cadeiras de S. Bento um inquérito às torturas que o nosso camarada José Pedro Soares sofria em Caxias.

**O 25 DE ABRIL, PALMA CARLOS E O 28 DE SETEMBRO**

Ocorrido o 25 de Abril, os homens da «ala liberal» dispunham de duas vantagens: primeiro, eram mais ou menos conhecidos afinal porque — simplesmente tinham falado da luta popular; segundo porque, elementos de dentro do regime — política e economicamente falando — tinham condições para fazer a «reconversão» dos apoios e das organizações que ainda restavam do fascismo.

O PPD inicia o seu aparecimento político com um programa equivocado, quase mesmo sem programa, tentando apenas aproveitar e consolidar as bases de apoio que pôde procurar. Face à afirmação anti-fascista, vigorosamente anti-fascista do povo português, os dirigentes do novo Partido fazem demagogia nos discursos, escondem-se e tentam aproveitar ao nível de aparelho de Estado as influências de que controlam — e os apoios económicos e influências de que ainda dispõem.

Esta primeira fase desagua na intenção de 28 de Setembro, de pôr de ter já tentado o golpe Palma Carlos. Os concluídos Sá Carneiro-Spinola são públicos, o papel de

as classes trabalhadoras, da influência de interesses e objectivos com os principais obreiros do socialismo, mas uma política equivocada e demagógica de defesa de pseudo-interesses particulares, tentando conduzir essas camadas para soluções que desaguam inevitavelmente na renovação do domínio monopolista.

Esta actividade divisionista da direita do PS alarga-se não só às estruturas populares e sindicais, como também ao governo e ao próprio MFA. Longe de respeitar a unidade do MFA, de respeitar o entendimento que presidiu à existência de um MFA uno na defesa dos interesses da Revolução, os dirigentes socialistas procuraram a todo o custo encontrar apoios, agravar discordâncias, obter hegemónias.

É à direita — logo também ao PPD — que tal acção fundamentalmente interessa e a prová-lo vem o apoio dado pelo PPD a todas as manobras então desencadeadas e de que é um significativo expoente o abandono conjunto dos ministros PPD e PS do IV Governo a partir da manobra forjada pelos dirigentes socialistas em torno do caso «República» — que o PPD imediatamente aproveitou também!

**A DIVISÃO DO MFA**

A crise aberta conduziu fatalmente a um reagrupamento das forças contra-revolucionárias. Atentados do ELP, e do MDLP, pressões do imperialismo, acções conduzidas frequentemente por dirigentes conhecidos do PPD contra sedes de forças revolucionárias — nomeadamente o PCP — o desencadear de uma frenética campanha anti-comunista em que PS e PPD actuam de comum acordo. A paralisação governativa auxilia a sabotagem económica que permite a propagação do «caos económico», a instabilidade política e económica assegura bom terreno à influência do caciquismo tradicional.

Para as forças reaccionárias um objectivo é essencial: destruir as duas componentes da revolução portuguesa — o MFA e o movimento popular de massas.

Para o esforço de destruição do MFA, a reacção conta também com a acção da direita e do verbalismo esquerdista: «Dirigentes socialistas e o PPD iniciam processos de contestação, de «calúnia», de ataque, apoiam divisões e actos de indisciplina. Os verbalistas, incapazes de compreenderem os interesses da Revolução e das classes trabalhadoras fazem trabalho semelhante noutros sectores. O MFA motor e garante da revolução, divide-se em tendências que se radicalizam, para as quais direita e esquerdistas tentam forjar «apoios populares», enquanto se ataca o PCP que aponta intransigentemente a solução política, o entendimento entre homens e tendências que têm mais a união do que a separação-los.

À nível do movimento popular, o trabalho de divisão é o mesmo. Reaccionários, esquerdistas e elementos influenciados pelos dirigentes socialistas unem-se para apoiar listas sindicais que se definem contra o poderoso movimento sindical. A campanha contra o PCP, partido dos trabalhadores e da resistência anti-fascista, assume um volume que faz recordar o fascismo. Os esforços de organização unitária de base são atacados pela direita, ao mesmo tempo que esquerdistas os lançam em aventuras idiotas, criando mitos acerca da constituição de «aparelhos de Estado» e de «poderes populares».

A ofensiva não consegue destruir as bases de apoio da Revolução, mas acaba por a conduzir a uma crise que obriga a uma curva. Como se afirmava em título do editorial do «Avante!» — uma curva apertada e perigosa.

**APROVEITAR O 25 DE NOVEMBRO**

Na nova situação, criada pelas sublevações de 25 de Novembro e pela derrota da esquerda militar, o PPD, força reaccionária, força contra-revolucionária no interior do processo democrático, esforça-se por redefinir a sua tática: trata-se de saber se continua na sua acção de ataque ao processo revolucionário ou se há que passar decisivamente à acção de restauração da velha ordem. Trata-se de saber se há condições para vibrar as decisivas machadadas nas conquistas da revolução portuguesa, de liquidar as liberdades democráticas, de liquidar as conquistas essenciais das nacionalizações e da reforma agrária, ou de definir outra acção visto para aquela não haver condições.

Politicamente, um problema importante se coloca: o Partido Comunista Português, o partido dos trabalhadores, a vanguarda organizada da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses. Não se trata de uma questão de pormenor, de um aspecto político: marginalizar o PCP, isolá-lo será simultaneamente o resultado de um enfraquecimento do movimento popular de massas e um factor para novos golpes contra ele. Afastar o PCP do governo é garantir a ausência no governo da voz das classes trabalhadoras, impedir a acção do PCP é limitar a organização dos trabalhadores, atacar o PCP é atacar um intransigente reduto das liberdades e da democracia.

Há porém, que, fazer a análise da situação. E se é verdade que a

esquerda militar sofreu um rude golpe, igualmente verdade, como afirmou o camarada Álvaro Cunhal no seu discurso pronunciado no comício do dia 7, «apesar desta nova situação a revolução tem ainda poderosas energias populares e militares. O movimento operário e popular está em grande parte do país fortemente organizado. Nas forças armadas predominam os sentimentos democráticos. De um dia para o outro não se modificam o coração e os sentimentos do povo, não se modifica a determinação de lutar em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, da classe operária e das massas trabalhadoras. As energias revolucionárias são imensas. Se sobermos nos entregarmos, será contida a reacção, será salvaguardado esse bem precioso que são as liberdades, será construído o Portugal democrático e o caminho do socialismo, pelo qual os trabalhadores portugueses e as forças progressistas têm lutado, continuam e continuarão lutando corajosamente até à vitória final.»

**O CONGRESSO E A CISÃO**

É sobre a apreciação destes elementos que se cifra a cisão surgida no seio do PPD. A ala mais conservadora do partido entende que as condições estão criadas para mais um passo na ofensiva: os descarados objectivos contra-revolucionários, as exigências de retrocessos no processo de democratização, os ultimatos contra as conquistas dos trabalhadores já são possíveis. Pelo contrário outros elementos, pretendem ainda a solução de compromisso: por entenderem que a altura ainda não é chegada ou por — honestamente até — entenderem que a solução tem de ser encontrada noutras bases, discordam da via ultra imposta pelos apoios do secretário geral.

Significativamente, os problemas de democracia interna do partido assumem uma importância decisiva: uma opção contra-revolucionária de um partido, a sua acção eficaz para a concretizar não se compatibilizam com funcionamento democrático no seu seio, com um tipo de trabalho que possa, dentro da própria organização, afectar o elemento básico do controle do Partido — a dominação caciquária e alienada, o controle económico e patronal.

O desfecho do congresso de Aveiro é quase espectacular — tanto quanto é significativo. Os delegados de um partido que se afirma «popular» e «democrático» travam-se violentamente de razões, chegam a vias de facto — agredem-se! Ao abandonarem o edifício, os discordantes são vitimas dos que os delegados «populares» e «democráticos» consideram o supremo insulto: «Comunistas!». É a quequeira, é a reacção, é o fascismo! A simples discordância é tratada à «Diário da Manhã», a nota da PIDE... Chamar comunista a Emídio Guerreiro ou a Sá Borges é definitivamente esclarecedor. Bem esclarecedoras pelo ódio de quem é incapaz de compreender a democracia, debate, a unidade, o PPD perde a compostura e aponta que o seu inimigo principal está nas fileiras da democracia e não do fascismo.

Contudo, o Congresso foi abalado. O voo triunfal que Sá Carneiro e a sua ala direita queria desenharem não necessitou de vir defrontar o povo, as massas populares, os militares empenhados na construção de um Portugal democrático para se revelar obscuro. Dentro do PPD, dentro do seu Partido houve quem reflectisse o poder da vontade do povo, quem verificasse que as forças da revolução têm condições para se opor vitoriosamente à contra-revolução.

É a força da realidade analisada pelo PCP pela voz do camarada Álvaro Cunhal:

«Agora vários factos indicam que sectores do MFA das forças armadas em geral tomam consciência do perigo porque a direita reaccionária toma posições, contesta os aliados de ontem, exige medidas, a delinear o plano do assalto ao poder.

No PS não é tão nítida essa tomada de consciência. Mas também há alguns indícios de que os socialistas começam a perceber que não só o PPD lhe come o próprio terreno, como atrás do PPD se cola o CDS e, engrossados estes dois partidos, com toda a reacção, começam a arrastar os dentes ao PS e a falar em termos de força política hegemónica e de maioria eleitoral possível.

Segundo dados diversos, verifica-se que nas Forças Armadas, em sectores até agora alheios ao MFA, se desenvolve um sentimento de resistência ao avanço da reacção, à arrogância triunfalista do PPD e de toda a direita civil reaccionária, o brío militar de defender o país da violência contra-revolucionária, de fazer respeitar o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos, de garantir a ordem democrática de forma que a nova democracia seja construída em paz, tranquilidade e segurança.

Esta realidade pode ter sido reflectida em tudo o que se passou no Congresso do PPD. Mas o que ficou também claro é que o PPD, o que são os seus objectivos, os seus métodos, a sua tática. Sendo-o em consideração será possível a todos quanto lutam pela construção de Portugal democrático rumo ao socialismo defrontar vitoriosamente as ameaças que tão claramente se avizoram.

# O «TEMPO» COM O ELP E O MDLP

O semanário «Tempo» já fazia a defesa do colonialismo. Agora elogia descaradamente o MDLP e o ELP e ousa falar do seu papel na Revolução. Mas esse jornal contra-revolucionário nunca foi criticado pelo Ministério da Comunicação Social

Quando há meses o «Jornal» publicou uma entrevista com Alpoim Calvão, as reacções de indignação foram tão fortes que essa primeira tentativa de abrir as colunas da imprensa à palavra de conhecidos elementos fascistas não teve continuidade. O «Tempo» havia anunciado uma entrevista com gente do ELP, mas teve de recuar porque os trabalhadores do «Jornal do Comércio» se recusaram a compôr esse texto provocatório e contra-revolucionário.

O que era impossível antes do 25 de Novembro tomou-se, em matéria de «informação», rotina. A maioria dos diários e semanários que nestes dias têm sido editados nega, no dia a dia, tudo o que antes, apesar de tudo afirmava sobre a defesa das liberdades. Elementos que semanas atrás ainda diziam ser revolucionários fazem abertamente, sem rubico, a apologia da delação, da repressão, dos saneamentos à esquerda. É simplesmente indecoroso o panorama geral oferecido pela chamada imprensa privada, que não foi atingida pelas medidas que impediram a saída dos jornais estatizados. Os diários e semanários que nunca estiveram com a Revolução e sempre temeram o avanço para um futuro socialista defendem agora o capitalismo e a contra-revolução.

O «Tempo», concretamente, faz hoje o que antes não lhe foi consentido pelos trabalhadores gráficos. No seu último número publicou uma página inteira com declarações de Alpoim Calvão. Segundo o jornal, essas declarações foram feitas antes do 25 de Novembro. Mas não se diz onde, nem a quem. O que fica muito claro, através da fotografia publicada, é a existência de contactos em Portugal entre Alpoim Calvão e a Redacção de o «Tempo». A página é, aliás, toda ela uma apologia do MDLP, feita pelo fascista Calvão. O «Tempo» não se limita a concordar. Exprime também a sua admiração pelo MDLP. Está preocupado com o futuro desse grupo terrorista. Para o «Tempo», «não se pode nem deve ignorar a existência deste Movimento, que é também importante no quadro da Revolução portuguesa». E pergunta: «que papel lhe reserva a Revolução em que estamos a viver?»

regresso ao espírito do 25 de Abril.

Seria grave, muito grave, vermos um jornal identificar, sem qualquer reparo oficial, movimentos terroristas com o espírito do 25 de Abril se outras situações incomparavelmente mais graves não ameaçassem no momento o futuro do conjunto do sector da Comunicação Social. Mas há uma conclusão que se impõe: o sr. Ministro da Comunicação Social, que mandou processar tantos

jornais e jornalistas revolucionários, não vê inconvenientes na insolente apologia do fascismo e de conhecidos fascistas a que se entrega o «Tempo». As coisas vão tão longe que, na sua nova linguagem, esse semanário chama «operação Conakri» à agressão colonialista contra a República da Guiné em Novembro de 1970. Só falta apontar Alpoim Calvão como herói pelo papel que desempenhou nesse episódio sombrio.

Do «Tempo» tudo se pode esperar. O que preocupa é o silêncio oficial em relação ao que o «Tempo» publica. Não será possível criar condições mínimas para a existência de uma imprensa democrática, ao serviço da Revolução, enquanto o Governo insistir na política de saneamentos à esquerda e fechar os olhos e os ouvidos à divulgação de textos em que é feito o elogio de movimentos terroristas.

## A RÁDIO E A TV ERAM COVIS DA REACÇÃO?

Se não eram, porque é que tantos trabalhadores foram afastados com inquérito ou sem ele?

Não é ainda o fascismo, mas uma ameaça dele que entra pela casa das pessoas que ouvem rádio e vêem televisão depois do 25 de Novembro. Não é o fascismo, mas o seu perfume antigo, o cheiro da mediocridade consolada, a estupidez fofa dos locutores que distribuem abraços para a Madeira e para os Açores, para Coimbra e Santo António de Poaires. É a mediocridade dos Henriques Mendes, a incompetência arvorada em estilo, o «ai que bem a Alma Lusitana». É tudo menos informação. De divertimento nem cheiro. É tudo menos honestidade, a mínima que se exige de profissionais, sejam locutores, sejam jornalistas. O «O Meninas Amal o Coixo» era o hino do estado de sítio.

Mas o estado de sítio acabou. Mantém-se a liberdade de expressão. Não podem continuar no rádio e na televisão profissionais incompetentes, salvados do fascismo, enquanto são suspensos, ou afastados definitivamente, muitas dezenas de trabalhadores antifascistas e de comprovada competência profissional que não confundem a música popular, a música de que o nosso Povo gosta, com a nulidade artística, com a lavagem ao cérebro, em que o antigo Secretariado Nacional da Informação (SNI) e o outro que se lhe seguiu no tempo de Caetano eram peritos com longa experiência na tentativa de destruir por completo a capacidade de pensar, de ter bom gosto, a capacidade de saber apreciar seja um fado, seja uma canção que não desonre nem moleste a sensibilidade do nosso Povo. E é isso que a rádio e a televisão estão de novo a tentar: destruir a sensibilidade do ouvinte, vendendo gato por lebre, desenterrando tudo o que é mediocre, indo buscar aos sótãos do fascismo o xarope intragável, a mixórdia com telas de aranha. E, o que é pior, alguns desses

locutores e «programadores» desenterrados devem pensar que estão «tranquilizando» o Povo, «serenando-o», «adormecendo-o». Mas, mais do que nunca, o Povo trabalhador precisa de estar acordado. Precisa que o informem e tem o direito de exigir um divertimento saudável. A boa qualidade não é incompatível com o gosto de quem trabalha. O espírito crítico não é uma prenda da reacção. Se fosse necessário revolvê-lo, bastariam as sessões de música que Vitorino de Almeida levou a várias fábricas e que foram transmitidas pela Televisão antes de 25 de Novembro.

Mas a prova está feita há muito. A cultura popular é incompatível com o mau gosto e a desinformação. Não cremos que, antes ou depois de 25 de Novembro, os verdadeiros revolucionários, os democratas e todos aqueles para quem o progresso não é para calçar à noite antes de deitar estejam de acordo com a má qualidade e a falta de informação que hoje assolam a Rádio e a TV. Não cremos que o Conselho da Revolução e o Governo estejam interessados nessa má qualidade, na ausência de profissionalismo, na viragem para a estupidez e a mediocridade que se nota na Rádio e na Televisão.

Mas há mais. Há quem leve o desrespeito pelo público ao absurdo de não traduzir para português inocentes legendas de obras culturais importadas de um país estrangeiro. Nem títulos, nem nome da companhia, nem país de origem nada é desvendado ao espectador. Só que este, durante os dezanove meses em que a Televisão reflectiu, embora com pouco brilho, o avanço do processo revolucionário, habituou-se a identificar os caracteres do alfabeto russo. Deste modo, o espectador ainda que ignorando o título e demais particularidades da obra que lhe apresentam, pelo menos fica com

uma certeza: a Televisão tem medo que identifiquemos a qualidade das obras com os países socialistas de que são oriundas. O que não impede os responsáveis pela programação de oportunisticamente as utilizarem.

Entretanto, em poucos dias, foram ou suspensos para inquérito ou despedidos arbitrariamente cerca de 70 trabalhadores da Emissora Nacional e cerca de 40 na RTP. Entre eles, há nomes bem conhecidos do público, que se habituou a reconhecer-lhes competência e empenho na defesa da democracia e da revolução. São profissionais de várias correntes políticas, cujo «crime» até agora tem sido destruir o «estilo» fascista de fazer rádio e televisão, procurando pô-los ao serviço do Povo português, que trabalharam ao contrário dos que hoje criam este desassossego de quem hoje liga os seus aparelhos para ser agradável com as falsas «notícias» do que foge para a liberdade, bem conhecidas do tempo do fascismo, do relevo dado a grupos fanáticos como a FNLA e a UNITA, ignorando o MPLA, da péssima qualidade dos programas musicais, da insuportabilidade generalizada dos noticiários e o mais que qualquer ouvinte ou espectador pode verificar diariamente.

É de temer que o afastamento desses profissionais seja mais uma escalada nos saneamentos à esquerda a que vimos assistindo ultimamente. O pretexto contra-revolucionário não pode ser invocado contra eles. Esses trabalhadores deverão ser readmitidos imediatamente. Não somos tão prólogos de valores, tão ricos de quadros técnicos que possamos dispensar tantos profissionais, se é que se quer verdadeiramente manter e consolidar uma das mais brilhantes conquistas da liberdade de expressão: uma rádio e uma TV ao serviço da Revolução com os homens que a praticam.

É de temer que o afastamento desses profissionais seja mais uma escalada nos saneamentos à esquerda a que vimos assistindo ultimamente. O pretexto contra-revolucionário não pode ser invocado contra eles. Esses trabalhadores deverão ser readmitidos imediatamente. Não somos tão prólogos de valores, tão ricos de quadros técnicos que possamos dispensar tantos profissionais, se é que se quer verdadeiramente manter e consolidar uma das mais brilhantes conquistas da liberdade de expressão: uma rádio e uma TV ao serviço da Revolução com os homens que a praticam.

# COM QUEM É QUE VOCÊS ESTÃO, AFINAL?

Quem conhece o nosso Partido, quem conhece os comunistas portugueses, não usa meias palavras. As palavras que transcrevemos a seguir são a prova clara de como a nossa luta é entendida por todos os que verdadeiramente defendem os interesses dos seus povos

Num encontro recente com a imprensa do seu país, o presidente Samora Machel lembrou mais uma vez aos jornalistas moçambicanos que é preciso saber onde está o inimigo. O presidente falou claro, como é seu hábito. Esperemos que a audiência o tenha entendido claramente. Como a sua voz nem sempre cá chega inteira sobretudo quando o que diz interessa ao Povo português, daremos a seguir uma passagem da sua alocução aos jornalistas onde o tema principal é o nosso Partido:



Vocês atacam vários países ao mesmo tempo. Atacam Portugal, a certa altura atacam o Partido Comunista em Portugal; com quem é que vocês estão afinal? Vocês atacam a luta do povo português e atacam Portugal? Nós não proibimos mas é preciso provar isto tudo, não é? Vocês atacam o Partido Comunista Português, quem é o vosso aliado? Mas com franqueza, vamos lá a saber quem é o nosso aliado? Em Portugal, quem encarnou a luta durante cinquenta anos, quem foi? Portanto, atacar o Partido Comunista Português, o que é que significa? Significa atacar o representante dos interesses do povo português. Vocês querem juntar a vossa imprensa aos reacçãoários, e de Moçambique, atacar o Partido Comunista Português? Quem é o nosso aliado lá em

Portugal? O amigo de primeiro plano, quem é? Vocês não estiveram no banquete, lá? Não têm as declarações da FRELIMO? Estar de acordo é uma questão de disciplina, não é? É por isso que eu digo que vocês estão infiltrados. Nós vamos purificar a vocês, sim. E

vocês falam aqui em Moçambique do socialismo científico, mas quem é que propaga o socialismo científico em Portugal? Quem é que conduz a luta do povo português, lá? Os trabalhadores, quem é que os defende, lá? Quando eu falo de Partido Comunista Português não

estou a falar de indivíduo, não, estou a falar de Partido. É por isso que eu digo, há falta de sentido de partido em vocês, há falta de tradição de partido. Como é que vocês são meus camaradas, assim? Porque os militantes do Partido Comunista Português são meus camaradas, ouviram isso? São meus camaradas, são antifascistas, anti-colonialistas, anticapitalistas, todos eles. São meus camaradas, esses. Estou enganado nesse processo revolucionário, são solidários, eles, com a luta de todos os povos do mundo. Agora como é que Moçambique vai atacar o Partido Comunista Português? Como é que vocês pensam, é uma infiltração isso, não acham? São reacçãoários. É por isso que eu pergunto, como é que vocês atacam o inimigo, qual é a vossa estratégia? Atacam o vosso amigo? Para o vosso amigo aliar-se com o vosso inimigo? Essa estratégia é muito má, não é?

Num artigo sobre Angola, que publicamos neste número, põem-se a nu os compromissos vergonhosos que se negociaram sob a capa do esquerdismo. Embora numa situação diferente, as palavras do presidente Samora Machel fazem luz sobre as posições daqueles que, de boa ou má fé, se enganam na porta e encanaram os portões ao imperialismo.

# A REACÇÃO DEFINE A SUA TÁCTICA

Na madrugada de 24 para 25 de Novembro passado, um grupo de agrários reuniu-se em Rio Maior e iniciou uma manobra de carácter insurreccional bem definido: os acessos por estrada e comboio à capital foram cortados, ameaçou-se com o corte de energia eléctrica e de água a Lisboa e uma comissão foi a Belém fazer exigências de carácter político.

Horas depois, várias forças militares desencadeavam acções que a reacção rapidamente designou como um golpe concertado para tomar o poder.

De Rio Maior não mais se falou. Uma manobra claramente insurreccional, claramente fascista, pondo em causa os objectivos essenciais da revolução portuguesa, visando o ultimatos acerca de nomeações militares, visando retrocessos essenciais nas conquistas do povo português — essa manobra foi inteiramente esquecida.

Os reacçãoários podem não esquecerem a impunidade desse ensaio geral da subversão fascista. E tudo indica que se dispõem a dar mais um passo contra-revolucionário, que não esquecem a benevolência que os contemplou.

A preparação vai-se fazendo, tranquilamente. Na segunda-feira, o CDS realizou um comício em Rio Maior. O povo trabalhador de Rio Maior, viu a sua terra feita palco dos herdeiros directos dos ministérios de Salazar e Caetano que ali se deslocaram para fazer novos ultimatos e ameaças.

O dr. Diogo Freitas do Amaral foi absolutamente claro: explicou que «o ideal do CDS é uma democracia de proprietários». E, forte dos ensinamentos de Direito que recolheu enquanto foi assistente de Marcelo Caetano, acrescentou: «O que o CDS quer é que os portugueses trabalhem para poder ter algo de seu e não, como os partidos do governo, que os portugueses trabalhem para entregar tudo ao ministério das Finanças».

É todo um programa claramente afirmado, claramente exposto. Uma «democracia de proprietários» deve ser o termo que o CDS encontrou para hoje designar o fascismo. Quanto aos portugueses terem «alguma coisa de seu», o dr. Diogo Freitas do Amaral esqueceu um pomenor essencial: o que os portugueses querem ter de seu é também o ministério das Finanças, e todos os outros! É evidente que o secretário geral do CDS funciona ainda em termos de quem tem o ministério das Fi-

nanças é ele e os portugueses trabalham, e limitam-se a ter algo de seu, isto é, o absolutamente indispensável para continuarem a trabalhar. A partir daí, basta ao ministério das Finanças do dr. Freitas do Amaral colectar os portugueses no que sobra entre a renda de uma telha sob a qual encontram forças para trabalhar mais e o preço de uma refeição para terem forças para continuar a trabalhar.

O comício de Rio Maior contou ainda com a presença de outra voz: a do deputado «independente» general Galvão de Melo, que para não restarem dúvidas, falou empunhando uma moça Coube-lhe o desenhar o programa de acção para a «democracia de proprietários»: «Fazei ouvir a vossa voz de modo que o inimigo da nossa pátria, os comunistas, só parem no mar... e aí deixai que morram de morte natural». E mais acrescentou: «Assim, a fronteira que agora se situa a 80 quilómetros a norte de Lisboa, teréis vós que a ir deslocando para sul, até que ela passe o Tejo, até que ela chegue ao Algarve.»

Tudo isto seria miseravelmente ridículo, totalmente reacçãoário se a impunidade da intontada na noite de 24, se os equívocos que ainda hoje permanecem não dessem a estas palavras a força da impunidade.

Na verdade, quando tais coisas se fazem e se dizem impunemente — porque não continuá-las? No próximo Domingo, a reacção vai prosseguir a sua ofensiva. Está marcada uma reunião de agrários para Rio Maior. Em muitas zonas do País se

mobiliza nesse sentido e, aqui e ali, denuncia-se o objectivo: levar por diante o impune ensaio geral de 24. Cortar os acessos a Lisboa, cortar a energia, marchar sobre a capital, ir mais além, atacar os bastiões democratas do Alentejo — ir até ao Algarve, como diz Galvão de Melo.

As frases estentóricas dos homens do CDS adquirem assim outro significado. Anunciam um programa que a reacção deixou já de elaborar, para passar a executar.

E quando tanto se fala em Portugal do risco da guerra civil, cabe perguntar: quem a quer? Quem a faz?

É necessário compreender definitivamente que os bandos que a reacção arregimentar para agrupar numa terra tão de Portugal como as outras, numa terra tão de trabalhadores como todas aquelas em que os trabalhadores lutam pela

sua vida e pelo seu futuro, não encontrarão à sua frente um país que concorda com os programas do CDS e do fascismo. Encontrarão, bem pelo contrário, a firme determinação de defender o que duramente foi conquistado.

O perigo é contudo bem real. O inimigo já não hesita sequer em apregoar os seus objectivos.

É o esquecimento de tais pregões e que dá importância às palavras proferidas e às intenções descobertas. O povo trabalhador tem todo o direito de interrogar o que se faz para impedir que quem anuncia que vai desencadear a agressão, que quem publicamente prepara a guerra civil seja impedido de o fazer.

Os trabalhadores defenderão as suas conquistas. Mas esperam de um governo ao serviço dos trabalhadores que as defendam também.

# ANTICOMUNISMO...

O último número do «Jornal Português de Economia & Finanças» constitui um documento útil para a compreensão do comportamento da reacção e de outras forças que se opõem ao processo revolucionário.

Trata-se de uma revista que não se preocupa em esconder o seu carácter abertamente reacçãoário. Confessa sem vergonha a sua saudade do fascismo. Não discute «os princípios autoritários dos governos dos doutores Oliveira Salazar e Marcelo Caetano». O que lhe interessa são «os factos». E, de acordo com as suas análises, a obra do fascismo foi notável. «Não seríamos ricos, escreve, mas; fora de questão, teríamos um nível económico europeu e seria possível assegurar à quase totalidade da população portuguesa uma vida digna de ser vivida (...). As liberdades sofriram, aqui e ali, uma certa distorção. Mas a ordem nas ruas não era posta em causa, a manutenção no trabalho era regra dada a prevista subsistência do clima de sobreemprego, as chamadas guerras de África estavam à beira da vitória das nossas armas, e, de uma maneira geral, salvo quanto aos desenraizados soviéticos, os portugueses orgulhavam-se de ser portugueses».

A transcrição comprova de maneira convincente que esta revista — que nunca mereceu a atenção do ministro da Comunicação Social — tem uma autoridade incontestável para se pronunciar sobre a estratégia e a tática das forças que desejam salvar o capitalismo em Portugal. Precisamente por isso, merece ser lido o artigo «Eleições na Primavera» publicado em tão destacada tribuna reacçãoária. Sobre o PS escrevem os seus analistas políticos: «Os dirigentes socialistas, ainda que praticarem uma política anti-PCP — obrigados pela própria actuação arrogante e revolucionária dos comunistas — não compreenderam que os votos recebidos em Abril representam menos a adesão do povo português ao seu programa do que à sua posição anticomunista. As alianças do Partido Socialista com as organizações maoístas — como o Pcp(ml) e o MRPP — são por isso encaradas com desconfiança e desalento por grandes sectores do eleitorado.» E acrescenta o JPEF: «A inoperância do Partido Socialista deve ser vista sob esse aspecto. Não soube criar a máquina socialista «anticomunista» que os seus votantes e simpatizantes esperavam depois do seu triunfo nas eleições para a Constituinte. E porque assim é verificou-se um ineludível avanço do PPD e do CDS.»

O CDS tem exactamente a mesma opinião dos editoriais desta revista reacçãoária. O CDS divulgou já inclusivamente os resultados de uma pesquisa segundo a qual o PPD será, de longe, o partido mais votado nas próximas eleições. O princípio que leva elementos e forças da reacção a tal conclusão é, no fundamental correcto: o anticomunismo do PS está a ser capitalizado, em termos eleitorais, pelos partidos e elementos mais reacçãoários da sociedade portuguesa. Os saudosistas do fascismo são também beneficiados pela traição do PS ao seu programa e pelo seu jogo de alianças oportunistas.

## TAREFA REVOLUCIONÁRIA!

ASSINAR O



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

ALVARO CUNHAL  
desenhos da prisão

CAMPANHA DE FUNDOS  
LANÇAMENTO ESPECIAL DA EDITORIAL «AVANTE»



ALVARO CUNHAL  
desenhos da prisão

25 reproduções em papel RA de 125 gramas

Formato 50 x 35 cm de 25 desenhos a carvão ou lápis apresentados em pasta de cartolina

Preço 300\$00 - Pedidos de reserva e encomenda à  
Editorial «AVANTE!»  
Av. Santos Dumont, 57-2.º  
Lisboa 1

## NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS

• Sob o título «PCP, 40 anos para chegar ao Poder», o «Tempo» transcreve um relatório (quase uma página em corpo miudinho) elaborado por uma suposta organização científica intitulada «Instituto for the Study of Conflict», com sede em Londres, e publicado por uma revista inglesa tão desconhecida como o referido instituto. Para se fazer uma pálida ideia do valor científico e da formação política dos estudiosos desse instituto fantasma, basta salientar que, segundo eles, antes do 25 de Abril, a maioria dos militantes do PCP «era checa, mas todos falavam português fluentemente, depois de uma árdua aprendizagem da língua»!!

Acrescente-se que o «Tempo» entende que o artigo «se reveste de uma extrema actualidade»... O «Tempo» está ao nível dos seus amigos do tal instituto londrino.

• A televisão da República Democrática Alemã transmitiu reportagens de três escritores que visitaram Portugal após o 25 de Abril, em que, nomeadamente, é destacado o papel dos sindicatos na luta contra a reacção.

• Segundo os órgãos de informação, elementos do PS e do PPD montaram barricadas para fechar os acessos à prisão de Custóias, a fim de impedir as famílias de militares que ali se encontram presos de os ir visitar.

• A «República» continua a explorar o filão do anticomunismo. Num longo artigo intitulado «O regresso ao capitalismo?» um dos seus colaboradores amontoa disparates e calúnias para atacar a União Soviética. A linguagem é esquerdista, mas o método é de direita. O articulista recorre a extensas citações da revista «Business Week» para extrair conclusões negativas sobre a situação económica da URSS. A fonte é de molde a despertar a inveja dos ideólogos do CDS e do MRPP. A «Business Week» é, entre os semanários americanos, o porta-voz mais qualificado dos grandes monopólios e dos banqueiros de Wall Street.

• A imprensa reacção portuguesa insiste em apresentar Soljenitzyn como um grande democrata e o seu último romance traduzido em português como uma obra de defesa das liberdades humanas. Não dizem esses jornais que o «grande democrata» aceitou já um convite para visitar o Chile de Pinochet e tem criticado com dureza a Revolução Portuguesa.

• Phillip Aggee, o ex-agente da CIA que se tornou conhecido pelas denúncias feitas sobre as actividades daquela sombria organização, voltou a reafirmar em Londres que John Morgan é o responsável em Portugal pelo trabalho da CIA. Durante um comício de solidariedade aos povos de Portugal e Angola realizado na Faculdade de Economia de Londres, Aggee afirmou que os três principais objectivos da CIA no nosso País, desde o 25 de Abril, foram o financiamento do Partido Socialista, a divisão do movimento sindical e a ajuda material às organizações católicas anticomunistas.

• Com a presença de numerosos participantes, realizou-se mais um plenário mensal das Comissões e Associações de Moradores ligadas ao Conselho Revolucionário de Moradores do Porto. Nesta reunião foi criticada a atitude da Câmara Municipal por oferecer alguns, muito poucos fogos, a raras Comissões de Moradores, parecendo assim pretender dividir as próprias comissões. Como formas de solução da situação, foram apontadas a expropriação de terrenos, possíveis ocupações, a construção dos fogos necessários — tudo sob o controle e direcção dos moradores.

• Na opinião do dr. Francisco Pinto Balsemão, membro da Comissão Política Nacional do PPD, o boicote do PS à entrada do seu partido na Internacional Socialista obedece a razões muito ponderáveis. «Se o PPD fosse admitido na Internacional Socialista — declarou numa entrevista — perderia o PS metade do apoio que recebe do estrangeiro em termos morais e materiais». Curiosamente o PS, tão cioso da protecção da Internacional Socialista, continua a negar o seu carácter de partido social-democrata.

• O coro de elogios ao rei Juan Carlos aumenta nas colunas da imprensa contra-revolucionária. Elogiar o fascismo no estrangeiro é um degrau na escalada que aponta para a defesa do ELP e do MDLP em Portugal.

• Nos últimos dez dias a direita fascista, nos Açores e na Madeira, suspendeu toda a propaganda separatista. Os dirigentes locais do PPD e do CDS deixaram de falar em independência. Porquê essa mudança de comportamento?

• A Comissão Coordenadora de Trabalhadores da CUF, ao tomar conhecimento de que ex-agentes da PIDE foram detectados na zona da grande Lisboa, solicitou que as fotografias dos pides fugidos de Alcoentre e não recapturados fossem novamente divulgadas pela TV e pela imprensa diária.

• Enquanto numerosos elementos da esquerda militar continuam a dar entrada em presídios militares, saíram há dias em liberdade de Custóias e Caxias três militantes do CDS que ali se encontravam há meses acusados de actividades contra-revolucionárias: Carlos Magalhães, Pedro Magalhães e Manuel Portocarrero.

• Os órgãos de informação reacção manifestam o seu júbilo pelos contactos de alto nível que o sr. Sá Carneiro manteve na República Federal da Alemanha. Destacam particularmente o facto de o secretário-geral do PPD ter regressado ao Porto num avião militar alemão posto à sua disposição. O espanto não se justifica. A reacção da RFA esteve sempre ao lado da reacção portuguesa.

• A chamada Confederação da Indústria Portuguesa achou conveniente há semanas interromper o seu congresso. O carácter provocatório da iniciativa era demasiado evidente e a CIP temia a resposta dos trabalhadores. Agora, contudo, a CIP entende que chegou a altura de terminar o seu congresso. Os senhores empresários já marcaram a data para o seu reencontro. Será no Porto, no próximo dia 19.

## UM SINDICATO QUE ERRA O ALVO

A direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas parece excessivamente zelosa com as contas de quem vive do produto do seu trabalho

«Trabalhadores que deveriam ser solidários com a Justiça tratam homens que unicamente vivem dos seus vencimentos com uma severidade bem distinta da que usam para exploradores que mantêm intactas e utilizáveis as suas contas bancárias», afirma a Comissão de Familiares de Militares Revolucionários Presos, numa exposição que enviou à direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, protestando indignadamente contra a decisão de congelar as contas bancárias dos militares antifascistas detidos para averiguações em virtude dos acontecimentos de 25 de Novembro.

«Não podemos esconder o nosso espanto nem a nossa indignação com a atitude assumida por trabalhadores, que não hesitam em cortar a subsistência a familiares — mães, mulheres e filhos, alguns de tenra idade — de homens contra os quais ainda nem sequer foi formado um processo de culpa», referem ainda os familiares dos militares antifascistas presos, que não são contra-revolucionários.

Estranha é, pelo menos, a atitude da actual direcção do Sindicato dos Bancários. Congelar contas provenientes do trabalho de cada um, quando os que sempre exploraram esse trabalho podem dispor dos seus dinheiros para pagar o terrorismo ou para os depositar no estrangeiro, é atitude condenável que nenhuma filiação partidária poderá justificar. Já não falamos de posições de ordem moral! Um Sindicato não pode tomar atitudes revanchistas, cujo sentido ainda por cima é impossível de explicar.

O caso é realmente matéria de espanto e indignação. Decerto os actuais corpos gerentes dos Bancários reverterão a sua atitude, que mais parece obra de gente apostada em cavar divisões insanáveis do que em contribuir para a unidade das forças verdadeiramente interessadas no avanço do processo revolucionário para a consolidação da democracia e do rumo socialista no nosso País.

## CORTICEIROS EM LUTA

Os trabalhadores da empresa corticeira Joaquim Lima, de Lourosa, desencadearam uma enérgica luta pela aplicação do CCT

Beneficiando da actual situação política, e dos vários significados que até já se dão à palavra socialismo, andam por aí certas teses de tal modo originais que revolução significa o regresso ao passado e socialismo a repressão sobre os trabalhadores. Por irónico que pareça há até padrões que não se julgam apenas donos das suas fábricas, mas até donos da revolução, chamam contra-revolucionários aos operários sempre que estes exigem o cumprimento dos CCT.

É o caso da empresa corticeira Joaquim Lima de Lourosa, onde o patronato se recusa a cumprir o contrato assinado já em Outubro e chega a ameaçar de fuzilamento os operários que o exigem. Se o facto que o patrão alega de o CCT, ainda não ter sido publicado no Diário de Governo não justifica o não cumprimento do mesmo, a ameaça de fuzilamento é mais convincente. Assim, se pensarmos que fuzilar implica armas e que estas andam a ser recolhidas pelas autoridades, facilmente concluímos que não é nem em sindicatos nem em organizações de trabalhadores que elas devem ser procuradas.

Não se deixando intimidar nem pelas ameaças do patrão, nem pelas manobras dos seus lacaios, os trabalhadores da «Joaquim Lima» souberam organizar-se, e às calúnias de «minorias» que é como em linguagem patronal se designam as classes trabalhadoras, os operários responderam

firmemente e energeticamente com uma greve de zelo. Depois de a Comissão Sindical ter tentado por várias vezes resolver o conflito em reuniões com o patronato e o Ministério do Trabalho, os operários reuniram em plenário que os lacaios do patrão descaradamente boicotaram. As ameaças seguiram-se as perseguições. Dirigentes sindicais começaram a ser perseguidos e um militante do PCP foi cobardemente agredido. Entre os autores destas proezas convém salientar as actividades provocatórias de um empregado de escritório da firma, que já na Campanha Eleitoral esfaqueou um camarada nosso e tenta agora a todo o custo dividir e manobrar os trabalhadores. Uma delegação do sindicato que se dirigiu ao Ministério do Trabalho a Lisboa constatou que segundo o Contrato Colectivo de Trabalho, este deveria ser cumprido com efeitos retroactivos a partir de Setembro. Ainda da mesma reunião do Ministério do Trabalho a delegação veio com a promessa da publicação do Contrato no mais curto espaço de tempo.

Com a mesma espontaneidade com que iniciaram a greve, os 250 dos 300 trabalhadores da empresa resolveram então suspende-la, mantendo-se dispostos a iniciar novas formas de luta caso as promessas não se cumpram. Os operários da «Joaquim Lima» estão alertos e unidos. Nem patrões nem os seus lacaios os conseguem dividir, a sua unidade é uma prova de força, da força que os conduzirá à vitória final.

## A SITUAÇÃO NA LUSO-SERRA

Os fornecedores da Luso-Serra de Castelo Branco, exigem uma solução imediata e definitiva para a falta de pagamentos, o que exige a rápida intervenção oficial.

Há cerca de cinco meses que os fornecedores da Empresa de Laticínios Luso-Serra (Castelo Branco) não recebem qualquer pagamento. As consequências dessa situação são extensivas a um vasto sector da agricultura, sendo difícil avaliar em termos económicos quanto custa ou custará ao País o gradual agravamento da Luso-Serra. A falta de pagamento ensombra a vida de todos os produtores que não têm assim outra alternativa senão reduzir a sua actividade como produtores de leite, desfazendo-se dos seus efectivos pecuários ou procurando, muitas vezes em condições desfavoráveis, a colocação directa de leite no mercado. Por outro lado enquanto se assiste nesta região à sua crescente escassez no âmbito do abastecimento público, vemos a produção diminuir e ao mesmo tempo ser canalizada para a indústria com consequente descalorização. De salientar que a Empresa de Laticínios Luso-Serra, localizada no Ladoeiro que tem capacidade para absorver diariamente cerca de 70 000 litros de leite, 20 000 dos quais podem ser empacotados com ultrapasteurização, através de um sistema dos mais modernos do País, recolhe hoje apenas 3000 litros por dia!

Esta situação de falta de pagamento aos produtores na Luso-Serra já não é nova pois há alguns meses houve idêntico problema sendo então claramente demonstrada a importância de os produ-

res se unirem e organizarem em Comissões de Produtores de Leite. Pouco tempo depois o Governo, através da Junta Nacional de Produtores Pecuários, interveio com 9600 contos que foram distribuídos pelos produtores de leite. Naquela ocasião foi realizado um inquérito à empresa cujas conclusões são do conhecimento do Governo, mas sobre o qual recau estranho silêncio. Este inquérito era tanto mais importante quanto se sabia que ao mesmo tempo que era recusado o pagamento aos pequenos produtores, os grandes produtores continuavam a receber da Empresa.

Os produtores de leite sabem que a J.N.P.P. pretende organizar a recolha, concentração e distribuição de leite e é também nesse sentido que pedem a atenção do Governo, pois essa acção da J.N.P.P. é determinante para o futuro da Luso-Serra.

Os fornecedores da Luso-Serra que se repartem por um espaço que abrange a Cova da Beira, Castelo Branco, Fundão, Penamacor, Vila Velha de Ródão e Idanha, devem mais uma vez seguir o exemplo que há alguns meses demonstrou ser o melhor meio para a resolução dos problemas dos trabalhadores: a unidade e organização. A constituição de uma Comissão de Produtores de Leite será um passo essencial para a defesa dos seus interesses.

So unidos e organizados os pequenos e médios agricultores vencerão.

## PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO CENTRAL DE MOSCOVO PARA PORTUGAL

19.00-20.00 ..... 31 e 41 m.  
20.30-21.00 ..... 31, 41 e 49 m.  
22.00-22.30 ..... 31 e 41 m.



## APOIO À REFORMA AGRÁRIA

Continua a campanha de solidariedade com os heróicos operários agrícolas que estão na vanguarda da Reforma Agrária. É preciso que essa campanha se desenvolva, que as iniciativas se multipliquem e ganhem uma dimensão ainda maior

Não há socialismo sem Reforma Agrária. Os trabalhadores, por seu lado, já deram provas bastantes de que estão dispostos a avançar com essas medidas revolucionárias apesar dos constantes ataques que os agrários e representantes da burguesia desenvolvem. No entanto, sabemos que nas terras hoje controladas pelos trabalhadores, se conseguiram, este ano, as melhores colheitas dos últimos dez anos.

Mas a Reforma Agrária não se pode concretizar sem o apoio financeiro: dos cinco milhões de contos que foram destinados a apoiar e fazer avançar a Reforma Agrária ainda só foi distribuído um milhão. Aos explorados é necessário mais do que nunca a solidariedade de classe, a aliança operário-camponesa, condição fundamental para a criação de uma frente unida e forte que avance decididamente na conquista de uma vida melhor.

Neste sentido se têm tomado várias iniciativas, tanto para o estreitamento de contactos entre o proletariado industrial e os camponeses, como para auxílio da classe operária e outras camadas da população interessadas no avanço da Revolução.

Por exemplo, os ferroviários do Norte lançaram uma campanha de recolha de fundos para as Cooperativas, através de uma lista em que os trabalhadores autorizam o desconto de meio dia de trabalho durante quatro meses. Por seu lado, a secção sindical dos mercenários de Freamunde recolheu cerca de 12 500\$00, enquanto diversos

sindicatos lançam autocolantes para recolha de fundos de auxílio às Cooperativas e ao Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto.

## INICIATIVA DE EMIGRANTES EM INGLATERRA

Pelo seu lado, a Associação dos Portugueses em Inglaterra, consciente da justa luta travada pelos operários agrícolas empenhados na Reforma Agrária, solidariza-se com estes trabalhadores numa prova inequívoca de que não estão alheios aos esforços desenvolvidos pelas massas laboriosas interessadas no avanço da Revolução Portuguesa.

Assim, este grupo de emigrantes desencadeou junto das comunidades portuguesas em Inglaterra uma intensa campanha para a recolha de verbas que serão enviadas ao Fundo de Apoio à Reforma Agrária a funcionar no Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa.

Muitos emigrantes viveram em deficientes condições nos campos e conhecem bem a acção devastadora do fascismo que durante largos anos oprimiu e explorou as classes trabalhadoras em Portugal e sabem que só com o aniquilamento dos monopólios e dos latifúndios o povo poderá erguer uma barreira contra os sistemáticos ataques da contra-revolução, interna ou externa, que visa roubar as conquistas revolucionárias.

## DESPORTO E REVOLUÇÃO

O desporto não se processa à margem das restantes actividades sociais. O avanço desportivo está dependente do avanço revolucionário

Periodicamente fazemos aqui referência, através de apontamentos breves, de alguns acontecimentos desportivos que nos parecem dignos de nota. Vejamos rapidamente mais alguns casos ultimamente acontecidos, não sem mais uma vez observarmos que, não obstante estarem reunidas quase todas as condições para recuperarmos o atraso tradicional em relação ao nível médio desportivo dos países europeus, não poderemos avançar neste domínio independentemente do avanço do processo revolucionário. O desporto não se processa à margem das restantes actividades sociais.

ram-se à Roménia e à Bulgária, a convite dos respectivos pelo desporto daqueles países.

Para dar conta dos resultados dessa viagem, realizou-se uma conferência de imprensa em que estiveram presentes aqueles três elementos bem como numerosos jornalistas e representantes da Rádio e Televisão. Foi então comunicada que essa viagem se revestiu de aspectos altamente positivos, não só pelas experiências colhidas, mas ainda porque foram assinados protocolos para 1976 que permitem um intercâmbio desportivo da maior importância. Quanto à Bulgária, por exemplo, além da participação dos nossos ciclistas na próxima Volta à Bulgária, o convénio prevê a organização da Semana da Amizade Desportiva, a oferta de bolsas de estudos

pela Bulgária, a troca de experiências em várias modalidades, etc.

Se pensarmos nos protocolos de intercâmbio desportivo assinados com os representantes de Cuba e da URSS, por exemplo, cremos que as perspectivas para o nosso desporto são de facto animadoras, desde que, evidentemente, as condições permitam a concretização de tais intercâmbios. Pelo que também neste capítulo podemos dizer que a melhor maneira de avançar com o desporto de que a juventude tanto carece é avançar com o processo revolucionário.

## O DESPORTO EM S. BENTO

Na sessão da Assembleia Constituinte de 17/10 foi aprovado o artigo 34.º

## NOS FINS DE SEMANA

VISITE O STAND DO

Avante!  
na  
FEIRA POPULAR  
de Lisboa

## LIVRARIA 1.º DE MAIO

PRACETA PORTUGAL BAIXA DA BANHEIRA

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS.  
ARTIGOS DE PAPELARIA.  
POSTERS, AUTOCOLANTES, ETC.  
LIVROS SOVIÉTICOS  
EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS  
OBRAS COMPLETAS DE LÉNINE  
(EM FRANCÊS)  
OBRAS ESCOLHIDAS DE LÉNINE  
(EM FRANCÊS E ESPANHOL)  
OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX E ENGELS  
(EM FRANCÊS E ESPANHOL)

## LIVRARIA 18 DE JANEIRO

Rua Marquês de Pombal, 51 MARINHA GRANDE  
Livros das Edições «Avante!» e de outras editoras progressistas

Livros Soviéticos em línguas estrangeiras  
Obras Completas de Lénine (em francês)  
Obras Escolhidas de Lénine (em francês e espanhol)  
Obras Escolhidas de Marx e Engels (em francês e espanhol)

## I ASSEMBLEIA POPULAR DE GONDOMAR

Com o apoio de cerca de setenta e cinco estruturas populares do Concelho de Gondomar, vai realizar-se no próximo dia 13 na Escola Júlio Dinis, S. Cosme, a I Assembleia Popular do Concelho de Gondomar.

Esta Assembleia que se iniciará com um plenário de abertura, pelas 10 horas, integrará o trabalho de quatro secções: 1 - Comissões de Moradores, Habitação, Saneamento e Transportes; 2 - Comissões de trabalhadores, Comissões Sindicais, Controle Operário, Problemas de Trabalhadores nas Empresas; 3 - Colectividades e Cooperativas, Ensino, Saúde e Assistência; 4 - Comissões de Rendeiros, Ligas de Pequenos e Médios Agricultores e Reforma Agrária. Depois duma interrupção para a hora do almoço, continuarão os trabalhos das secções para se realizar um plenário de encerramento, pelas 18 horas, onde serão apresentadas para ratificação as conclusões das diversas secções.

## INTERCÂMBIO COM PAÍSES SOCIALISTAS

Recentemente, o secretário de Estado, e o director-geral dos Desportos e o director do FAOJ desloca-

# A POLÓNIA CONSOLIDADA A VIA SOCIALISTA

**Destacamento da Comunidade Socialista, a República Popular da Polónia avança na resolução dos problemas concretos dos trabalhadores, sob a direcção do seu partido marxista-leninista. A realização do VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco, a que está presente uma delegação do PCP, é um importante passo na consolidação do socialismo**

Com a presença de delegações de todos os partidos comunistas e operários com os quais a Polónia mantém relações, iniciou-se no passado dia 7 em Varsóvia o VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco. A excepção da Roménia e da Jugoslávia, fizeram-se representar todos os secretários-gerais dos países socialistas. A delegação soviética era chefiada pelo camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética que, à chegada, foi recebido pelo camarada Edward Gierk, secretário-geral do Partido Operário Unificado Polaco.

Aos trabalhos do Congresso assistiu uma delegação do Partido Comunista Português, composta pelos camaradas Jaime Serra, da Comissão Política do CC, e José Carlos Almeida, suplente do CC.

Presentes, igualmente, delegações de alguns partidos socialistas europeus, nomeadamente da Itália, Espanha e Bélgica e, ainda, delegações de movimentos de libertação, com o estatuto de observadores. Os trabalhos do Congresso, que decorrem no Palácio da Cultura — enorme construção oferecida ao povo polaco pela União Soviética — começaram com uma saudação às delegações convidadas. Foram eleitos, seguidamente, as várias comissões encarregadas dos diferentes trabalhos propostos para o Congresso.

No decorrer da sessão do primeiro dia, o camarada Gierk leu o relatório da Comissão Política do POUP, no qual é analisado o período que decorreu entre a realização dos VI e VII Congressos. Neste relatório foram avaliadas as resoluções do VI Congresso e feito um balanço geral da discussão efectuada antes

do VII Congresso, assim como a avaliação da actual etapa de desenvolvimento da República Popular da Polónia.

## OS TRABALHOS DO CONGRESSO

O VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco encerra amanhã os seus trabalhos, sendo tornado conhecidas as conclusões finais. Entretanto, os 1811 delegados ao Congresso, representando as diversas organizações do POUP, analisarão todos os resultados da ampla discussão que precedeu a realização do Congresso, no sentido de fazer do próximo decénio um período marcado por uma poderosa aceleração da promoção económica, científica e técnica, por uma elevação do nível de vida e por progressos no domínio social e cultural.

Os trabalhos do segundo dia do Congresso foram dedicados à discussão plenária do relatório da actividade do Partido do período entre o VI e o VII Congresso, apresentado pelo Comité Central, bem como à discussão da exposição de programa do «bureau» político do CC do POUP intitulada «Por um Desenvolvimento Dinâmico Posterior da Edificação Socialista — Por uma Maior Qualidade de Trabalho e Melhores Condições de Vida do Povo», apresentado pelo camarada Edward Gierk.

No decorrer dos trabalhos usou da palavra o camarada Gustav Husak, secretário-geral do Partido Comunista da Checoslováquia, que salientou que o povo checoslovaco segue com sincera satisfação o esforço criador das massas trabalhadoras polacas, tendo acrescentado que a Polónia é hoje um estado

socialista que se desenvolve dinamicamente e goza do respeito e da estima de todo o Mundo.

O Primeiro-secretário do Partido Socialista Unificado da RDA, camarada Erich Honecker, discursou em seguida, tendo acentuado que, após o VII Congresso do PSU e o VI Congresso do POUP, as fraternais relações entre os dois partidos, os dois estados e os dois povos se reforçaram ainda mais. No final do seu discurso, o camarada Honecker desejou ao VII Congresso do POUP debates frutuosos, augurando grandes êxitos aos comunistas e ao povo polaco.

Os representantes dos outros partidos irmãos, das delegações estrangeiras e dos partidos socialistas convidados usaram igualmente da palavra. No final da segunda jornada de trabalhos, o Presidente do Conselho de Ministros e membro do «bureau» político do POUP, camarada Piotr Jaroszewicz, fez uma exposição sobre «Os Princípios do desenvolvimento socio-económico do país para os anos de 1976-1980».

## INTERVENÇÃO DO CAMARADA LEONID BREJNEV

Usando da palavra no decorrer da segunda sessão de debates do VII Congresso do POUP, o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, camarada Leonid Brejnev, transmitiu ao Partido Operário Unificado Polaco as calorosas saudações fraternais e a expressão de fraternal solidariedade dos comunistas soviéticos, tendo afirmado a determinada altura:

«Não duvidamos que os comunistas polacos realiza-

rão todos os seus projectos. A classe operária, os camponeses, os intelectuais e os homens de todas as gerações, sob a direcção do seu partido marxista-leninista, edificarão na terra polaca uma sociedade socialista desenvolvida. Desejamos de todo o coração, queridos amigos, êxitos nessa grandiosa obra histórica».

E mais adiante: «Queria garantir ao vosso Congresso que a unidade, a amizade e a fraternidade eram, são e serão a essência da atitude do partido leninista e do Estado soviético para com a Polónia».

«A comunidade dos estados socialistas constitui uma das mais magníficas obras da nossa época — acrescentou o camarada Brejnev — um factor que deixa traços cada vez mais profundos e cada vez mais duráveis na vida internacional contemporânea. A comunidade socialista é o mais infalível bastião das forças de libertação e de progresso de todo o mundo».



## ENCONTRO DE DIRIGENTES DE PARTIDOS IRMÃOS

Entretanto, realizou-se um encontro dos secretários-gerais e primeiros-secretários dos partidos comunistas e operários dos países socialistas que participam nos trabalhos do VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco, no dia 9.

Estiveram presentes os camaradas T. Jivkov, primeiro-secretário do CC do Partido Comunista Búlgaro, J. Kadar, primeiro-secretário do CC do Partido Socialista Operário Húngaro, Erich Honecker, primeiro-secretário do CC do Partido Socialista Unificado da RDA, J. Cedenbal, primeiro-secretário do CC do Partido Popular Revolucionário Mongol, G. Husak, secretário-geral do Partido Comunista da Checoslováquia, E. Gierk, primeiro-secretário do CC do POUP e Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética.

Os dirigentes dos partidos irmãos procederam a uma troca de opiniões sobre o posterior desenvolvimento da cooperação dos países socialistas e analisaram os problemas internacionais da actualidade.

No decorrer do encontro foi sublinhada unanimemente a importância da constante alargamento da cooperação entre os partidos irmãos, do reforço dos laços que unem os países socialistas em todos os domínios da sua actividade criadora.

Analisando os problemas internacionais, foi concedida uma particular atenção aos meios de aplicação dos princípios e decisões da Conferência de Helsínquia.

Sublinhou-se a necessidade de serem tomadas medidas práticas para um nitido arbrandamento da corrida aos armamentos, da consolidação do desanuviamento político conseguido por medidas no domínio do desanuviamento militar.

O encontro, que se desenvolveu numa atmosfera de amizade e de total compreensão mútua, caracterizou-se por uma identidade de pontos de vista em todas as questões examinadas.



# O VIETNAM SOLIDÁRIO COM PORTUGAL

**As forças progressistas do mundo inteiro estão com os que em Portugal lutam pela construção do socialismo. A solidariedade do heróico povo vietnamita com o PCP e as outras forças democráticas assume especial significado**

As forças progressistas do mundo inteiro acompanham com o maior interesse e preocupação o desenrolar dos acontecimentos em Portugal. Os testemunhos da solidariedade internacional para com o processo revolucionário português e com as forças verdadeiramente progressistas são uma constante, lembrando a todos os que lutam que a vitória do povo português será uma importante conquista não só do nosso povo mas de todos os povos do mundo.

A mensagem de solidariedade que ora nos chega vinda do Vietnam traz-nos o fraternal apoio de um povo que tão abnegadamente soube lutar e sofrer pela libertação da sua pátria.

«O Povo Armado», jornal das Forças Armadas do Vietnam, condena a repressão das forças de esquerda em Portugal e apela para o reforço do apoio internacional para com a Revolução Portuguesa.

«A Revolução de 25 de Abril criou condições favoráveis para o avanço de Portugal no caminho da liberdade e do socialismo. Contudo, o poder económico e a política das forças reaccionárias

mantem-se forte. A Revolução portuguesa processou-se exactamente no coração da Europa Ocidental capitalista, sendo por isso uma ameaça directa para o chamado «mundo livre». As forças imperialistas comandadas pelos EUA e outras potências capitalistas da Europa Ocidental não ficarão de braços cruzados observando o abrir de uma brecha no bloco da Nato.

«O Partido Comunista e todas as forças democráticas e progressivas em Portugal estão empenhadas na luta contra os negros designios das forças reaccionárias. A única forma de pôr cobro à crise de instabilidade política em Portugal é precisamente derrubando todas as manobras da reacção.

E a mensagem termina, assegurando: «Para defender a Revolução é essencial unir e coordenar todas as forças antifascistas e democráticas na luta contra a reacção e exigir o fim imediato da repressão das forças de esquerda.

O firme e decidido apoio de todas as forças democráticas e socialistas de todo o mundo para com as forças progressistas de Portugal é agora mais importante que nunca».

# UM EXEMPLO DE INTERNACIONALISMO

**A jornada de solidariedade realizada numa fábrica da RDA, destinada a apoiar a luta do povo português pela democracia e o socialismo, é um belo exemplo de internacionalismo, um exemplo entre os muitos que não nos vêm só da RDA**

Foi um dia importante e emocionante para os cerca de 4 000 operários, engenheiros e empregados da empresa de Estado «Karl Liebknecht» de Berlim-Ober-bercheneide, que fabrica transformadores e fez parte das grandes empresas da capital da República Democrática Alemã. Cerca de 2 000 trabalhadores representantes do conjunto do pessoal reuniram-se para uma imponente manifestação de solidariedade na grande sala de acondicionamento dos transformadores. Vieram todos, antes do início da sua jornada de trabalho, para reafirmar a sua solidariedade moral e activa aos seus irmãos de classe em Portugal e a todos os patriotas. Na grande sala vieram-se bandeiras com a inscrição «Não à ingerência estrangeira em Portugal» e, escrito em grandes letras por cima da tribuna podia ler-se: «não à ingerência imperialista em Portugal».

Os participantes aplaudiram calorosamente uma delegação de camaradas portugueses que a Liga para a Amizade dos Povos havia convidado. O camarada Erich Markowitsch, presidente do Comité para a Amizade entre a RDA e Portugal foi igualmente acolhido com todo o calor.

## COMOVEDOR EXEMPLO

Inumeráveis exemplos mostram que os trabalhadores desta grande empresa da capital da RDA estão, do fundo do coração, solidários com todos os povos que lutam pela sua libertação. No espaço de cinco semanas, 153 brigadas desenvolveram uma grande campanha de apoio ao povo português. Recolheram um total de 24 400 marcos, para além da contribuição mensal habitual de cada empregado. No decorrer da manifestação de solidariedade os camaradas portugueses presentes recebe-

ram um cheque simbólico do montante da colecta, entre a aprovação e os aplausos calorosos dos manifestantes. A colecta de todos os trabalhadores tem por fim possibilitar a compra de um tractor e encorajar o avanço da Reforma Agrária em Portugal.

O responsável da delegação portuguesa, dr. José Silva, agradeceu esta oferta, numa voz emocionada. Declarou, a propósito: «Este tractor simboliza a solidariedade activa da classe operária e de todos os trabalhadores da RDA».

O orador exprimiu depois, em nome dos trabalhadores portugueses e em particular em nome dos camponeses portugueses, toda a sua gratidão por estes testemunhos de solidariedade.

A entrega de uma distinção pelo Comité de solidariedade da RDA ao colectivo da empresa constituiu igualmente um dos pontos altos desta jornada. O camarada Peter Kindel, responsável do colectivo, declarou na sua intervenção: «Nós, operários, consideramos que a solidariedade é uma questão de classe. Cada membro do nosso colectivo segue com interesse a luta que travam os povos pela independência, a democracia e a liberdade e nela participam moralmente. Este tractor, fruto da nossa colecta a favor do povo português, é disso um exemplo concreto.»

## RESOLUÇÃO

do Partido Comunista Português acerca da situação em Portugal. Os operários, os camponeses e todos os trabalhadores do Estado Socialista Alemão estão conscientes do perigo real da contra-revolução que, como salienta a tomada de posição, ameaça a jovem democracia portuguesa. Eles apoiam o apelo do Partido, chamando a atenção para o que hoje é mais importante, ou seja, saber tirar os ensinamentos necessários.

Nas numerosas manifestações de solidariedade organizadas nas empresas do Estado, nas cooperativas de produção agrícola, nas escolas e universidades, cita-se sempre esta frase extraída da tomada de posição do PCP que menciona esses ensinamentos: «O único meio de salvar a Revolução é acabar imediatamente com as ameaças contra a esquerda, procurando uma solução política para os problemas relacionados com a ofensiva da direita e as sublevações militares e reunir todos os antifascistas para se oporem à reacção fascista que prepara um golpe de estado.»

Os participantes nessas manifestações afirmam: «Não à ingerência estrangeira em Portugal» e denunciam as forças imperialistas que encorajam e sustentam mais do que nunca a contra-revolução fascista. É ao seu serviço que o jornal da RFA «Die Welt» incita, num dos seus últimos números, à «confrontação armada».

## NUMEROSAS MANIFESTAÇÕES

O povo da RDA solidariza-se com a tomada de posição de 28 de Novembro

TESTAMENTO SOB A FORÇA — JULIUS FUTCHIC

A consciência de um revolucionário perante a morte, a sua visão da vida e do mundo, a sua mensagem de esperança nas forças da paz e do progresso

preço 30500

edições Avante!

RUDIMENTOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO — V. PODOSSNETNIK — A. SPIRKINE

Trata-se duma introdução breve e clara ao materialismo histórico e à sua aplicação à nossa época

preço 25500



# SAUDAÇÃO DO PCP AO CONGRESSO

Queridos Camaradas  
O Comité Central do Partido Comunista Português, em nome dos comunistas portugueses e certo de interpretar os sentimentos da classe operária e dos trabalhadores portugueses, saudamos calorosa e fraternalmente o VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco e, através dele, todos os comunistas e o povo trabalhador da Polónia socialista.

Saudamos também os notáveis progressos realizados na edificação do socialismo desde o vosso VI Congresso, resultantes do êxito com que foram atingidos e ultrapassados os objectivos propostos pelo Partido durante este período. A elevação sistemática do nível de vida da população e o melhoramento geral das condições materiais de vida, o desenvolvimento rápido da ciência, do ensino e da cultura, o aumento da intervenção da classe operária na vida política e social, o estreitamento da aliança operário-camponesa, o reforço do Partido e a elevação do nível ideológico e político dos seus membros, o aprofundamento da unidade moral e política da nação e o reforço do Estado socialista — são êxitos históricos da Polónia popular que comprovam o dinamismo na aplicação de uma justa política económica e social e o papel desempenhado nessas realizações pela organização do Partido, força dirigente da nação na edificação do socialismo.

Estas vitórias do povo polaco são, além disso, um testemunho vivo dos altos valores da sociedade socialista, a tradução prática das conquistas do socialismo real.

Na actual etapa de desenvolvimento, em que o vosso Partido se propõe continuar e desenvolver a estratégia de desenvolvimento social e económico formulada pelo VI Congresso, na edificação de uma sociedade socialista avançada, estamos certos, camaradas, de que o povo polaco, em torno da classe operária e do seu Partido, cumprirá essas tarefas históricas e elevará o país a um nível de desenvolvimento superior.

Os comunistas portugueses, que, quer durante a luta contra o fascismo, quer na construção do novo Portugal democrático, sempre consideraram parte integrante da sua causa as históricas realizações da Polónia socialista, de todo o coração desejam que a realização das resoluções deste Congresso tragam novos êxitos ao povo polaco no seu trabalho criador. Em Portugal, o nosso Partido, as outras forças progressi-

stas, as massas trabalhadoras e populares, estão neste momento empenhadas a fundo na defesa e prosseguimento do processo revolucionário iniciado com o derrubamento da ditadura fascista, a 25 de Abril de 1974.

Durante este ano o meio o povo português conquistou as liberdades democráticas, pôs fim à guerra colonial e acelerou vitoriosamente o processo de descolonização. Obteve grandes vitórias, tanto no domínio político como de carácter socio-económico. Foram desfechados profundos golpes contra o aparelho de Estado fascista, contra os grupos monopolistas que dominavam a economia do País, contra os grandes latifundiários. Foram tomadas medidas a favor das camadas mais desfavorecidas da população. Os principais sectores da economia foram nacionalizados. Iniciou-se a Reforma Agrária. Desenvolveu-se um amplo e poderoso movimento popular através de cujas organizações e estruturas o povo português iniciou formas originais de intervenção das massas na vida política. Reforçaram-se e alargaram-se as organizações das classes trabalhadoras, deram-se os primeiros passos para uma participação dos trabalhadores na gestão da economia. Portugal tornou-se o país mais livre da Europa capitalista, num processo revolucionário que, propondo-se associar as mais amplas liberdades e profundas reformas económicas e sociais, abriu a perspectiva do socialismo.

Os êxitos alcançados pelo povo português no decorrer da sua Revolução suscitaram os ataques das forças reaccionárias, tanto internas como do estrangeiro.

O surgimento de conflitos entre forças fundamentais do processo revolucionário, designadamente no MFA, alianças à direita de algumas dessas forças e influências esquerdistas noutras, a radicalização e cristalização de posições que impediriam uma solução política global desses conflitos, como insistentemente preconizava o PCP, as posições reaccionárias do PPD e a cobertura que lhes foi dada pelo PS, a viragem à direita na política governamental que o PS e o PPD quiseram impor, levaram a Revolução portuguesa a uma grave crise, que culminou nas confrontações militares de 25 de Novembro. Com a derrota da esquerda militar, o quadro político militar da Revolução portuguesa modificou-se sensivelmente. As posições ocupadas pela direita

reaccionária, beneficiando das alianças que nelas procuram certos sectores em conflito com a esquerda militar, criam uma nova correlação de forças em que a jovem democracia portuguesa corre perigos reais e imediatos. O PCP, consciente das suas responsabilidades, concentra neste momento os seus esforços na luta por uma solução política para a crise, baseada na negociação e na formação de uma vasta frente social, política e militar, antifascista, democrática e progressista que reúna todos os que dum forma ou doutra querem defender as liberdades e reafirmar as forças empenhadas na defesa das conquistas essenciais da Revolução portuguesa. O movimento operário é poderoso. As massas populares estão decididas a defender as liberdades e outras conquistas da Revolução. Apesar das dificuldades do momento presente, o PCP está firmemente convencido de que há forças poderosas e suficientes para fazer frente aos perigos do fascismo, para defender as liberdades, para construir o novo Portugal democrático, rumo ao socialismo.

Queridos camaradas: no cumprimento das suas tarefas revolucionárias, os comunistas, os trabalhadores e o povo de Portugal sabem que não estão sós. Como no passado, estamos seguros de poder contar sempre com a solidariedade internacional, nomeadamente a da Comunidade Socialista, da qual a República Popular da Polónia é um destaque.

Fazemos veementes votos para que o próximo decénio, segundo as directrizes traçadas neste Congresso, vos traga os maiores êxitos na via da edificação da sociedade socialista avançada. Esses êxitos serão também para nós e para o nosso povo, um exemplo, um encorajamento, uma esperança mais na vitória.

Estamos certos de que os laços fraternais que desde há muito unem os nossos dois partidos se reforçaram ainda mais; e que se desenvolveram e alargaram os laços de solidariedade e fraternidade entre o povo polaco e o povo português, a cooperação multilateral e a amizade entre a Polónia socialista e o novo Portugal democrático.

Viva o VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco!  
Viva o internacionalismo proletário!  
Viva a unidade do movimento comunista internacional!  
O Comité Central do Partido Comunista Português

- As despesas com a defesa nacional são a única rubrica do orçamento de Estado da URSS para 1976/77 que não registou nenhum aumento em relação ao ano em curso. Pela segunda vez consecutiva é atribuída a mesma soma ao Ministério de Defesa da URSS. As despesas de carácter estritamente militar têm vindo a ser reduzidas de ano para ano ao longo de todo este quinquénio.
- Uma equipa de técnicos soviéticos chegou a Ghana para estudar e aconselhar sobre as possibilidades de conclusão de uma fábrica, cuja construção foi abandonada há cerca de nove anos. A mesma equipa deverá verificar o estado do armamento.
- Os trabalhadores da «Montedison» e da «Pirelli», as maiores empresas de produtos químicos da Itália, procederam a uma greve para protestar contra as tentativas do patronato de fazer mais despedimentos e contra o encerramento de várias empresas. A administração da «Pirelli» anunciou que despediria cerca de 1450 operários, baseando a sua decisão na actual crise económica. A «Montedison», propõe-se fechar, no fim deste ano, várias empresas de tecidos sintéticos, nomeadamente uma fábrica em Valleusa que emprega cerca de 5000 operários e empregados.
- Estudantes das grandes escolas belgas iniciaram uma luta contra os projectos de redução dos créditos para o ensino. As actividades da Universidade de Liège estão completamente paralisadas. Alunos, professores e pessoal administrativo entraram em greve. 2300 estudantes da Universidade de Saint-Ignace continuam também em greve.
- Cerca de 820000 professores e pessoal auxiliar entraram em greve, em Itália, por aumentos salariais, e por uma reforma do sistema educativo que vise melhorar o sistema de educação e assegurar o emprego no domínio do ensino.
- Comentando a intervenção estrangeira contra a República Popular de Angola, o jornal soviético «Izvestia» afirma: «As vitórias dos defensores da jovem República africana suscitam a inquietação dos meios imperialistas que têm como objectivo derrubar o governo progressista angolano». O «Izvestia» refere ainda a intervenção declarada da África do Sul e a presença de especialistas militares americanos entre as tropas dos movimentos fantoches, apoiados pela África do Sul.
- O projecto de plano de desenvolvimento da economia da URSS para o próximo ano, prevê um aumento da produção industrial de 4,3%. A produção global da agricultura ultrapassará em 7,7% o nível médio dos últimos cinco anos.
- O Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos enviou uma saudação aos trabalhadores espanhóis: «Os sindicatos soviéticos exigem uma amnistia total dos presos políticos e a instauração das autênticas liberdades democráticas para os trabalhadores e para todo o povo espanhol».
- Segundo os números publicados pela CGT francesa, no período de Agosto de 74 a Outubro de 75, registou-se em França um aumento de preços da ordem dos 14,9 por cento. O preço do pão sofreu um aumento de 18,8 por cento, o da manteiga de 20 por cento, o leite 22,1 por cento, a carne 35,8 por cento, os ovos 47,2 por cento, as batatas 116 por cento.
- Num colóquio sobre os Estados Unidos e a América Latina, uma investigadora do «Colégio do México», afirmou que os Estados Unidos têm uma influência determinante — com uma nítida intenção política — nas decisões respeitantes ao financiamento externo. Dos 23580 milhões de dólares canalizados para a América Latina, 45 por cento foram fornecidos pelo Banco de exportação e importação, com créditos ligados à venda de equipamentos que se destinam a criar uma dependência financeira e tecnológica.
- Cerca de três mil militares estão presos no Chile, facto que a Junta fascista tenta ocultar por todos os meios. Por serem militares esses detidos são torturados e submetidos a condições particularmente duras de encarceramento.
- O governo do Paraguai prorrogou por 90 dias a vigência do estado de sítio em Assunção, a capital, e nas províncias centrais de Itapua e do Alto Paraná.
- Cerca de meio milhar de pessoas manifestou-se no centro de Barcelona contra o fascismo e a monarquia, por uma democracia em Espanha.
- O príncipe Souphanouvong foi nomeado presidente da nova República Democrática Popular Laociana.
- Um relatório divulgado pela comissão especial do Senado para os assuntos de espionagem confirma que a CIA — com o conhecimento de três presidentes norte-americanos — levou a cabo, durante dez anos, uma campanha de planeamento de actividades clandestinas no Chile, procurando influenciar a orientação do país.
- O comité de solidariedade com a resistência anti-fascista de Havana denuncia que os Estados Unidos canalizam para a Junta fascista chilena cerca de oitenta mil contos diários. «Isto mostra-nos a verdadeira face do Governo americano que, ao mesmo tempo que apóia uma resolução da ONU condenando a Junta, sustenta economicamente esse regime — acrescenta o comité de solidariedade.
- As minas de diamantes exploradas pela «Diamang Company» serão recuperadas para o povo angolano — conforme afirmou o comandante das Forças Armadas de Libertação de Angola (do MPLA).
- Na sequência da nova Feira Internacional do Pacífico, serão reforçadas as trocas comerciais e a cooperação económica e técnica entre a União Soviética, Cuba e o Perú.
- O camarada Harilao Florakis, Primeiro-Secretário do Partido Comunista Grego, denunciou a existência de planos do governo norte-americano para ampliar a sua presença militar neste país. Florakis sublinhou que a política actual do governo grego não está dirigida contra o imperialismo e os monopólios.

# informação

## Solidariedade com a luta do povo espanhol

À velha maneira fascista, fazendo ridículas concessões acompanhadas de grande publicidade demagógica com que se pretende pintá-las como actos «humanos» e até «democráticos», enfim, de «pacificação» — o rei Juan Carlos decretou um indulto. Um indulto que atingiu no fundamental presos de delito comum. Um indulto que só trouxe a liberdade a 10% dos presos políticos do país.

Comentando o facto, a imprensa internacional é quase unânime em salientar que o indulto decretado não alterou em nada a realidade espanhola, antes pretende encobrir a realidade da continuação de uma situação idêntica à anterior. «Le Quotidien de Paris», diário conservador, afirma: «Esta amnistia não significa liberdade: a impressão é a de que no presente as prisões de Espanha se estão a encher com a mesma rapidez com que se esvaziam».

Simultaneamente às escassas libertações de presos políticos, procede-se a novas prisões. Depois de 20 de Novembro, cerca de 30 novos presos entraram em Carabanchel, donde entretanto só tinham saído 20. Os números são expressivos. A realidade também. O indulto é uma farsa. Que não consegue sequer ultrapassar as acanhadas dimensões de outros indultos outrora decretados num Portugal fascista, como prova de «abertura», correspondendo a amplos movimentos de massas em que a amnistia geral — como hoje em Espanha — era reivindicada.

Enquanto se tenta apresentar uma fachada de abertura política, nos bastidores cozinha-se a saída de órgãos de poder, «renovados» com nomes diferentes e objectivos idênticos. O objectivo é o mesmo — lavar a cara da ditadura espanhola. A gente fortemente comprometida com os crimes da extrema-direita, sucedem figuras de aparência mais liberal. Os chamados conservadores moderados ou da «direita civilizada». Uma direita cortada à medida europeia, sem o porte excessivamente arrogante do fascismo sem máscara, parceiro válido da Europa «democrática».

Por temor das aberturas — por onde se pode infiltrar o peso da pressão popular (e são múltiplas as experiências nesse campo) —, para defesa de posições nos centros do poder, a extrema-direita bate-se por que as alterações de fachada sejam mínimas ou inexistentes. Confia mais na força da repressão do que nos instáveis maneios demagógicos. Mas é luta sem significado. Uma luta entre gente da mesma família que discute qual a melhor forma de manter os seus privilégios ameaçados. Nada mais.

O indulto-fantoches é irmão-gémeo de farsa de alteração nos órgãos de poder. Representam ambas uma tentativa de fuga perante a pressão da luta do povo espanhol; a resposta a uma necessidade de adaptação de fachada às realidades da actual conjuntura política internacional. Nada resolvem. Não representam de facto qualquer tipo de alteração real.

Demonstrando o seu arreigado desejo de mudança, de liquidação do fascismo e construção de uma sociedade livre e progressista, amplia-se por toda a Espanha um movimento popular pela libertação dos presos políticos. Manifestações de apoio a esta reivindicação realizaram-se em Madrid, Saragoça, Barcelona, San Sebastian, e outras cidades. Em França, realizou-se um grande comício das massas trabalhadoras do Alto Garona, de solidariedade com o povo espanhol e apoio à sua reivindicação de amnistia geral para todos os presos políticos e sindicais.

Nas poucas libertações que se precressaram à sombra do limitadíssimo indulto decretado por Juan Carlos, a luta do povo espanhol teve, sem dúvida, um peso determinante. Mas também a solidariedade internacional deu o seu contributo para que essa medida fosse possível. Num momento em que as dificuldades em que o fascismo espanhol se debate abre melhores perspectivas ao avanço de algumas reivindicações, o apoio internacional à imediata libertação de todos os anti-fascistas encarcerados nas prisões espanholas é mais oportuno do que nunca. É necessário. E o apoio das forças democráticas e progressistas portuguesas é no contexto da solidariedade com a luta do povo espanhol fundamental.

## O Socialismo avança em África

A África acaba de ver nascer no seu continente uma nova República Popular — a República Popular de Benin. O nascimento desta jovem República Popular coroa todo um processo de transformação das estruturas económicas, sociais e políticas de Daomé. Esse processo iniciou-se a 26 de Outubro de 1972, com a formação do Governo Militar-Revolucionário chefiado pelo presidente Mathieu Kerekou. O novo governo lançou-se abertamente numa via progressista em todos os campos da vida social e económica. Uma preocupação básica: a libertação da dependência do imperialismo, base do subdesenvolvimento e elemento que só por si determina a impossibilidade de libertação da exploração e da opressão de um povo.

De acordo com o programa de desenvolvimento de 1972 o Governo Militar-Revolucionário de Daomé tomou medidas para alargar e reforçar o sector público da economia. Estabeleceu o controle sobre os bancos e companhias de seguros e nacionalizou a electricidade, a água, as comunicações e a distribuição de películas fotográficas. Foram nacionalizados os gigantescos depósitos de armazenamento de gasolina e instalações de bombagem, outrora pertencentes a multinacionais como a Shell, a Total, a Texaco e a Mobil. A maior empresa de tecelagem do país, propriedade da multinacional ICODA, que no ano passado produziu 15 mil toneladas de tecidos, conta neste momento com uma participação estatal de 49 por cento. Foram criadas companhias agrícolas estatais em larga escala. A sociedade nacional algodoeira, SONACO, propriedade do Estado, controla a manufactura e venda de algodão, o segundo produto de maior exportação de Daomé. O Conselho de Ministros aprovou também o estabelecimento de companhias estatais para a pesca, materiais de construção e equipamento técnico.

Através destas alterações de base na estrutura económica do país, está a ser desmantelado o velho aparelho colonial e lançadas as bases de uma economia independente, com que se abre a perspectiva do socialismo. As medidas no campo económico têm vindo a ser acompanhadas de alterações igualmente profundas no campo político e social, sem o que não corresponderiam ao

lançamento dos alicerces de uma futura sociedade socialista. «A única via correcta para o povo de Daomé é a via do desenvolvimento socialista — afirmou o presidente Kerekou em 30 de Novembro de 1974 — A nossa filosofia revolucionária, a base filosófica e guia do nosso trabalho revolucionário é o Marxismo-Leninismo». Órgãos electivos revolucionários têm vindo a ser criados no Daomé. Tais órgãos tomam a forma de conselhos revolucionários provinciais, comités revolucionários da zona e comunidade, com amplos poderes sobre problemas administrativos, económicos e sociais. O sistema é dirigido pelo Conselho Nacional da Revolução. Conforme declarou um membro do Bureau Político do Conselho Nacional da Revolução, «a nova estrutura política oferece largas oportunidades ao povo trabalhador para participar no trabalho dos órgãos revolucionários do poder que orientam a nossa revolução e revigoram as massas para a luta revolucionária».

A reorganização socialista da sociedade exige uma mudança radical na consciencialização popular. É fundamental a compreensão de para onde se caminha. Como é fundamental transformar o trabalho de conceito de uma necessidade (com frequência penosa) para subsistência individual, no de uma necessidade vital para toda a sociedade, cujos frutos não mais serão encaminhados para os bolsos dos exploradores, mas para benefício e progresso de toda a comunidade. Assim, através dos órgãos de informação popular, conselhos revolucionários e organizações populares, foi lançada uma campanha em larga escala para popularizar as ideias socialistas. Coleções de clássicos marxistas-leninistas encontram-se à disposição de todos, nos escritórios e escolas, nas fábricas e unidades militares. Foram lançadas as bases de uma reforma política e administrativa da educação.

De acordo com a sua política interna e com os objectivos prosseguidos, o Governo Militar-Revolucionário segue uma política externa anti-imperialista, de paz e não-alinhamento, de igualdade e respeito pela soberania dos outros povos, de apoio aos movimentos de libertação nacional e fortalecimento dos laços com os governos progressistas de África. Conforme foi salientado pelo presidente Kerekou, a opção socialista pressupõe o estabelecimento de ampla cooperação com os outros países socialistas, nomeadamente nos campos económico e técnico, e em particular com a União Soviética.



A República Popular de Benin, recém nascida em terras africanas, e que vem coroar todo o trabalho de libertação, não só do cancro da dominação económica colonial, estreitamente ligada à submissão e dependência do imperialismo, mas da própria base de toda a exploração — larga em África, como em todo o mundo, a área dos países progressistas. O processo de libertação de Daomé, pode justamente servir para exemplificar a única via que se abre aos povos que têm vegetado no subdesenvolvimento, vítimas da desenfreada exploração e do jogo de forças do capital internacional. Aos países em vias de desenvolvimento que encetam o caminho da sua independência, não se apresenta ampla gama de opções quanto aos regimes políticos e à estrutura económica a adoptar. A pretensa independência económica na base de um capitalismo «nacional», na realidade controlado do exterior, mais não dá lugar que a governos fantoches, marionetas nas mãos das grandes multinacionais. A verdadeira independência passa pela luta anti-imperialista, pela opção socialista, pelo estreitamento de relações com os países socialistas. São falsos os outros caminhos, ainda quando deles se acena com dólares ou marcos — não passam de becos sem saída, em que se volta a esbarrar, inevitavelmente, com qualquer outra forma de exploração, de dominação estrangeira.

A transformação da República do Daomé ex-colónia francesa na República Popular de Benin, constitui mais uma vitória das forças progressistas, mais um golpe no poder mundial do imperialismo. É outro exemplo, a juntar aos muitos já existentes, da inevitável marcha da humanidade rumo ao socialismo.

Os recuos parciais e momentâneos das forças progressistas, por muito dramáticas que sejam as condições em que por vezes se processam — não constituem, de forma alguma, a tônica do processo geral da dinâmica da vida política internacional. A nota dominante, é o avanço das forças progressistas, o somar de derrotas no campo do imperialismo.

## EUA, mercadores da morte

Doze mil milhões de dólares de armas deveriam ser vendidas pelos Estados Unidos ao estrangeiro, durante o ano fiscal de 1975/76.

Estas vendas registarão um acréscimo de cerca de 2.700 milhões de dólares. No ano fiscal anterior, tinham atingido os 9.300 milhões de dólares.

Estes cálculos, levados ao conhecimento do Congresso americano, mostram também que as vendas comerciais de armas — incluídas no total das vendas de armas, mas não controladas pelo Congresso — deveriam atingir 2.100 milhões de dólares, contra 600 milhões de dólares no ano anterior.

Os contratos de vendas comerciais são concluídos entre fábricas particulares americanas de armamento e governos estrangeiros. Estas vendas são livres de qualquer controle.

As vendas ao Estado de Israel estão igualmente em aumento: o Governo americano venderá este ano mil milhões de dólares de armamentos, aos quais é preciso acrescentar cento e cinquenta milhões de dólares de equipamentos comprados directamente junto de companhias particulares. Além disso, o governo de Ford pediu ao Congresso autorização para fornecer até quinhentos milhões de dólares de auxílio militar ao Estado de Israel.

Os elevadíssimos números respeitantes à venda de armas ao estrangeiro por parte dos EUA e, o permanente crescimento de tais números, reflectem uma deliberada política armamentista, em aberta contradição com os esforços feitos a nível internacional no sentido do desarmamento, esforços em que Washington também tem estado envolvida, mau grado os seus evidentes desejos de manter um clima mundial de tensão.

A crescente venda de armas, para além de comprometer a própria política governamental dos EUA, tem outras implicações, que não assumem, de forma alguma, características secundárias. A produção e venda de armas, como de quaisquer outros produtos que não correspondem a qualquer necessidade vital, nem vão engrossar o caudal de produção de um país — constitui uma das formas de tentar fugir à própria crise do mundo capitalista, à contradição fundamental entre um aparente excesso de produção e a impossibilidade das massas trabalhadoras adquirirem essa mesma produção, de que entretanto carecem.

Por outro lado, a política armamentista da Casa Branca, é a expressão prática do próprio carácter agressivo do imperialismo, e vem corroborar as múltiplas declarações de Ford sobre a necessidade de aumentar o potencial bélico dos EUA e dos seus aliados. Declarações que nos fazem recuar aos tempos da guerra fria, em que o poderio das armas era considerado base da paz. Que paz? A paz da intimidação. A paz que se baseia na linguagem da força.

Que essa linguagem e essa prática tenham sofrido um vincadíssimo recuo, deve-se ao ascenso das forças progressistas mundiais, à incansável batalha desenvolvida nesse sentido pela União Soviética e outros países socialistas, à própria capacidade militar destes mesmos países, capaz de moderar e tornar mais realistas as forças agressivas do mundo capitalista.

É uma batalha de ontem e de hoje. Uma batalha que tem tido grandes avanços, mas também alguns recuos. Uma batalha que tem por si a inevitabilidade da perspectiva histórica. Mas que é difícil e morosa. Como na condução de qualquer outra luta de classes — e é isso que de facto está em jogo — não pode ser conduzida pelo espírito aventureiro nem pelo entusiasmo fácil. Tão pouco pelo oportunismo.

A política concreta dos EUA no campo dos armamentos, as declarações belicistas de Ford — são escolhos que se abrem no seu caminho. Podem atrasar a inevitável conquista da paz, podem criar mais centros de tensão e confronto nesta ou naquela parte do mundo, e alimentar outros. Mas não barrarão um movimento que é irresistível, e que já tem atrás de si o terreno sólido alcançado por uma política coerente e justa — a única capaz de bater os alicerces das construções futuras.

## A demagogia de Banzer

Na Bolívia, que, pela sua situação geográfica no centro do Continente, é um país chave para a estratégia norte-americana, a situação está a adquirir características explosivas. Sob a ditadura do general Hugo Banzer, as condições de vida das massas trabalhadoras pioraram acentuadamente desde o golpe fascista de Agosto de 1971. O custo de vida aumentou quase 400 por cento, o peso sofreu contínuas desvalorizações e os salários estão congelados. Como se isso não bastasse, o governo diminuiu nas minas os tradicionais prémios de produção e respondeu às reivindicações dos pequenos agricultores com repressões sangrentas.

A grande subida de preços de alguns dos principais produtos de exportação do país, particularmente o petróleo e alguns minérios, não trouxe quaisquer benefícios aos trabalhadores. Para conquistar o apoio de certas camadas da burguesia boliviana, Banzer baixou as taxas aduaneiras, permitindo que bens supérfluos (automóveis, aparelhos de televisão, frigoríficos, bebidas, roupas de luxo, etc.) fossem importados e postos à venda por preços reduzidos. A balança comercial boliviana, face à conjuntura continental, poderia ter apresentado volumosos saldos. Mas a política irresponsável de Banzer não permitiu que isso acontecesse.

Para efeitos externos, a ditadura boliviana insiste no seu carácter «democrático, nacionalista e revolucionário». Banzer tem a ousadia de falar em socialismo e em reuniões internacionais e até na própria Assembleia Geral das Nações Unidas, os representantes do seu governo acusam as multinacionais de pilhar os povos da América. Trata-se de uma demagogia ridícula. Internamente, o «socialista» Banzer entrega numa bandeja as riquezas nacionais aos monopólios americanos e europeus. No que diz respeito ao petróleo, o seu governo acaba de assinar vinte contratos com empresas petrolíferas, todos eles incompatíveis com o interesse nacional. O seu ministro da Planificação, de visita aos Estados Unidos, teve o descaro de gabar em Boston as vantagens da lei dos investimentos da Bolívia que proporciona uma «paz e tranquilidade» às multinacionais que elas não encontram em qualquer outro país americano.

Apesar da clareza dos factos de uma política de traição nacional, o caudilhe Banzer continua a criticar publicamente a política do general Torres, derrubado pelo golpe fascista de 1971. Enquanto Torres nacionalizava a Mina Matilde e as «Colas y Desmontes» e defendia o monopólio nacional do petróleo contra as investidas da Gulf Oil, expropriada por Ovando — a actual ditadura submete-se a todas as exigências do imperialismo, funcionando como simples instrumento da vontade dos monopólios.

É compreensível que nas Forças Armadas bolivianas aumente a revolta contra tal regime e tal chefe. É significativo que o apoio das massas ao Partido Comunista da Bolívia seja cada vez mais firme. A direita e a ultra-esquerda aventureirista sofreram dura derrota nas minas. A lista da Frente Única Sindical, apoiada pelo PCB obteve uma esmagadora vitória em Siglo XX. Vitória que abre novas perspectivas à Frente Única Antifascista.

# A LIBERDADE RELIGIOSA NA URSS

O cidadão soviético pode professar qualquer religião ou praticar o ateísmo

Dizer que na União Soviética não existe liberdade religiosa faz parte de vasta campanha desencadeada há muito pelos países capitalistas, com o claro objectivo de fazer crer que na Pátria do Socialismo foram abolidas as mais elementares liberdades.

Explorando o carácter religioso da maior parte dos povos, não se hesita em utilizar a mentira e a calúnia, esdando e deturpando a verdadeira face dum sociedade onde foi abolida a exploração do homem pelo homem, onde se criaram condições para o pleno desenvolvimento do ser humano, onde enfim, são asseguradas pela própria lei as mais amplas liberdades a todos os indivíduos.

No que se refere à liberdade religiosa, afirma o artigo 124 da Constituição da U.R.S.S.:

«A fim de assegurar aos cidadãos a liberdade de consciência, na U.R.S.S. a Igreja está separada do Estado e a escola da Igreja. Reconhece-se a liberdade de culto e a liberdade de propaganda anti-religiosa a todos os cidadãos.»

O Estado não interfere nos assuntos internos das

organizações religiosas, mas também não as ajuda económica ou moralmente, e por sua vez a igreja não se imiscui nos assuntos do Estado.

Na vida da pessoa como cidadão, a sua atitude religiosa não tem qualquer influência. Em nenhum dos seus documentos oficiais: passaporte, questionários pessoais, listas de censos, se faz qualquer referência quanto à religião que professa. Por esse motivo, é de grande dificuldade calcular a quantidade de crentes existentes na U.R.S.S.

No país todos os cultos religiosos têm direitos e possibilidades iguais, independentemente da grande ou pequena influência que possuem. A legislação soviética só não permite a actividade de grupos religiosos que, a pretexto da fé, atentem contra a personalidade e direitos dos cidadãos, contra a saúde destes, ou incitem ao não cumprimento das leis do Estado, das suas obrigações civis e sociais.

Em conformidade com o acordo feito com as autoridades governativas locais, as uniões ou sociedades religiosas (com menos de 20 crentes) podem utilizar, sem pagar imposto, o terreno em

que a igreja se encontra situada. A sua manutenção será por conta dos paroquianos. Os sacerdotes e outros servidores do culto retiram o seu ordenado das doações voluntárias dos crentes e dos fundos obtidos com a celebração de cerimónias religiosas.

As entidades religiosas têm direito a publicar revistas, missais, e qualquer outro tipo de literatura relacionada com o credo que praticam. Os centros e sociedades religiosas têm direito a alugar e construir locais para a fabricação de velas e para a prática do culto. Os ingressos nas Igrejas e organizações religiosas são isentos de impostos do Estado.

No território da U.R.S.S. existem variadas religiões.

Entre as principais destacam-se a Igreja ortodoxa russa; a Igreja ortodoxa georgiana; a Igreja arménio-gregoriana; Igrejas ortodoxas de ritual antigo; as entidades muçulmanas; a Igreja católica romana; a Igreja evangélica luterana; Baptistas evangélicas cristãs; entidades judaicas e entidades budistas.

## O PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

Na U.R.S.S. existem ainda outras religiões. A Igreja reformista encontra-se difundida pela região Transcarpática da Ucrânia. A Igreja metodista, na Estónia; tem por chefe um superintendente. Existem grupos religiosos com um número de crentes insignificante como, por exemplo, os adventistas do sétimo dia, os molocanos, os menonitas, etc.

Na U.R.S.S. a escola encontra-se separada da Igreja e nenhuma das doutrinas religiosas é ministrada nos centros de ensino geral. Cada Igreja dispõe dos centros docentes necessários para a formação de clérigos.

A Igreja ortodoxa russa possui cinco seminários eclesiásticos e duas academias, uma em Zagorsk e outra em Leninegrado; e a Igreja católica tem dois seminários, em Riga e Kaunas; a Igreja apostólica arménia, uma academia eclesiástica em Echmiadzin; a religião mulçumana, uma escola conciliar (medrece) em Bujara e um estabelecimento de educação eclesiástica superior em Tashkent; a religião judaica, um estabelecimento educacional religioso (ieshibot) em Moscovo. As igrejas luteranas da Estónia e Letónia preparam os servidores do culto através dos seus cursos teológicos.

Os estabelecimentos de ensino eclesiástico enviam os seus estudantes excepcionais de teologia para célebres centros religiosos no estrangeiro. Assim, por exemplo, cidadãos soviéticos crentes estudam nas universidades islâmicas de Al-Azhar, no Cairo e na cidade de Beida (Libia), nas faculdades teológicas de Oxford e Cambridge, na universidade de São Casimiro, em Roma, no colégio da Igreja anglicana em Merfield (Inglaterra), na universidade de Göttinger na Alemanha Federal e outras.

Na União Soviética existem conventos masculinos e femininos. Os mais conhecidos da Igreja ortodoxa russa são: a Lavra de Troitse-Sergueievo, em Zagorsk, a lavra Pochaevskaia, na Ucrânia Ocidental e a Lavra Pskovo-Pecherskaia, perto de Pskov; em Echmiadzin existe um convento da Igreja arménia.

As entidades religiosas da U.R.S.S. mantêm as mais variadas relações com as suas homólogas internacionais. Personalidades religiosas da U.R.S.S. participam em congressos, assembleias e conferências, em que são tratados assuntos internos relacionados com problemas de defesa da paz.

As igrejas ortodoxas russa

e georgiana, a luterana na Estónia e Letónia, a arménia e a evangélica cristã baptista, são todas membros do Conselho Mundial das Igrejas. As igrejas cristãs da U.R.S.S. fazem parte da União Internacional das Igrejas Cristãs, conhecida pela designação de Movimento Cristão de Divulgação da paz.

O Conselho nacional dos baptistas evangélicos cristãos da U.R.S.S. é membro do Conselho mundial de baptistas e da Federação europeia baptista.

A Direcção eclesiástica central dos budistas da U.R.S.S. faz parte da Irmandade mundial de budistas.

As organizações religiosas da U.R.S.S. participam na Conferência das igrejas europeias, na Organização Mundial Luterana, na Conferência de católicos da esdando da Europa, na Conferência internacional de budistas progressistas pró-paz, na Academia de investigações islâmicas de Al-Azhar, etc.

Para regulamentar as relações entre as diferentes entidades religiosas e o Estado, existe o Conselho para assuntos religiosos, adjunto ao Governo da U.R.S.S. Os membros do Conselho não se intrometem nos assuntos internos dos cultos religiosos. O Conselho tem por funções principais controlar a aplicação da legislação que regula a situação das organizações religiosas.

O princípio da liberdade de consciência, assegurado pela Constituição da U.R.S.S., garante não só o direito de professar qualquer religião como também o direito do cidadão exprimir a sua convicção atea, isto é, ajudar a libertar a consciência dos crentes de prejuízos religiosos, a terem uma visão científico-materialista do mundo e dos processos que nele se realizam.

O trabalho atea científico é realizado exclusivamente mediante a utilização de métodos de explicação e persuasão, sem ofender os sentimentos religiosos dos crentes nem atropelar os seus direitos de cidadãos.



## ROMÉNIA: UMA AGRICULTURA AVANÇADA

A Roménia era um dos países mais atrasados da Europa antes da última guerra mundial. Hoje, tem uma das agriculturas mais avançadas da Europa. Produzirá este ano 20 milhões de toneladas de cereais, um tonelada por habitante

Sector básico da economia nacional, a agricultura romena constitui uma importante contribuição para o desenvolvimento económico do país, para as exigências da população e para o aumento do nível de vida de todo o povo trabalhador.

Partindo de tais considerações, a Conferência Nacional com os especialistas dos domínios da agricultura, da pesquisa científica agrícola, dos melhoramentos públicos e da piscicultura, organizada nos princípios de Fevereiro por iniciativa do secretário-geral do Partido Comunista Romeno, Nicolae Ceausescu, tornou possível uma complexa e ampla análise dos processos e das medidas práticas necessárias para o cumprimento do plano estabelecido para 1975 pelo PCR (no XI Congresso) sobre o desenvolvimento de uma agricul-

tura moderna e altamente produtiva.

A Conferência realizada pouco tempo depois deste Congresso, constituiu uma importante etapa no desenvolvimento da agricultura romena, pela importância dos problemas abordados e dos documentos adoptados.

### 20 MILHÕES DE TONELADAS DE CEREAIS

Não se consegue estabelecer uma comparação entre a agricultura do passado e a actual. Hoje em dia, o trabalho nos campos caracteriza-se por um grau, cada vez mais elevado, de mecanização e adubagem. As últimas conquistas da ciência têm sido postas ao

serviço do campesinato, principalmente no que respeita ao sector da irrigação, e da cobertura hidroeléctrica. As transformações profundas que foram operadas na agricultura reflectem-se, como é natural, na produção, que é cada vez mais abundante e rica.

A Roménia obteve nestes últimos cinco anos as mais ricas colheitas da sua história. A produção média de cereais foi de 15 milhões de toneladas contra 8 milhões de toneladas nos anos de 1934-1938 e 12,7 milhões de toneladas nos anos de 1966-1970.

As cooperativas e as empresas agrícolas do Estado obtiveram nestes últimos anos significativas receitas, que vieram a premiar o esforço da comunidade romena. Na provincia de Timis, por exemplo, obteve-se uma produção média de trigo de mais de 3100

quilos por hectare. Foram, igualmente, obtidos, bons resultados com o giras-sol, açúcar de beterraba, batata e legumes.

No que diz respeito à criação de gado, houve, sem dúvida, um aumento que se cifrou em cerca de 113 000 bovinos, 154 000 ovinos, quase 100 000 suínos e mais de 1 500 000 aves.

Também no domínio dos melhoramentos hidroeléctricos se conseguiu no ano passado um êxito: a superfície irrigada aumentou 170 000 hectares; 36 000 hectares foram protegidos por diques, devido às inundações; os trabalhos respeitantes à eliminação do excesso de água foram executados em 219 000 hectares e o processo de erosão do solo foi combatido em 133 800 hectares.

A Roménia propõe-se produzir este ano mais de 20 milhões de toneladas de cereais (o que significa 1 tonelada de cereais por habitante), 8,5 milhões de toneladas de açúcar de beterraba, mais de 4 milhões de toneladas de legumes, 5 milhões de toneladas de batatas e mais de 400 000 toneladas de linha e cânhamo.

No sector da produção animal, prevêem-se 2,1 milhões de toneladas de carne, 52 milhões de hectolitros de leite, quantidades gigantescas de lã e ovos e mais de 1300 toneladas de seda. Para uma melhor exploração de 400 000 hectares de lagos, obtiveram-se nos últimos 2000 quilos de peixe por hectare.

Está previsto que a produção agrícola aumente rapidamente, na base de um vasto programa que abrange equipamentos, adubos e irrigações. Serão aplicados novos métodos e máquinas. A qualidade do gado será profundamente melhorada.

Entre 1976-1980 o Estado Romeno irá colocar ao serviço da agricultura 110 bilhões de lei, o que representará o dobro do investimento destinado em 1966-1970. A agricultura romena ficará a dispor de 130 000 tractores completamente equipados. A mecanização do trabalho rural será uma realidade em todas as províncias da Roménia e a energia eléctrica será utilizada em mais ampla escala.

### COOPERATIVAS AGRÍCOLAS

O emprego de adubos (250 a 280 quilos de produtos químicos por hectare), herbicidas e pesticidas constituirá uma importante base de apoio para o desenvolvimento das culturas. Paralelamente, está planeado um vasto programa de melhoramentos públicos (3 milhões de hectares irrigados para 1980), o qual contribuirá para melhorar as condições de trabalho nos campos.

O carácter consequente e metódico do trabalho na agricultura, o desenvolvimento das actividades industriais pelo trabalho em comum das cooperativas agrícolas e das empresas do Estado, a divisão por zonas de trabalho e a intensificação da zootécnica (que representará em 1980 40% da produção agrícola global assegurará um emprego mais completo e uniforme da mão-de-obra neste importante sector da economia nacional.

Gracias aos meios técnicos, químicos e biológicos que ficarão ao dispor da agricultura romena, esta terá ao seu alcance a obtenção de resultados que permitirão ao país aproximar-se sensivelmente do nível de produção agrícola das nações mais avançadas do Mundo.

## MENSAGEM DO CC DO PCP AO CC DO PC DA COLÔMBIA

Por ocasião do 12.º Congresso do Partido Comunista da Colômbia, o Comité Central do nosso Partido enviou ao Comité Central daquele partido irmão, uma calorosa saudação na qual salienta a heroica luta do PC colombiano, vanguarda das massas trabalhadoras e do povo colombiano que contribui, de modo decisivo, para o ascenso do movimento de massas, para o desenvolvimento das organizações políticas e sindicais e para a dinamização da actividade democrática e revolucionária verificada neste país.

«... Saudamos os vossos esforços no sentido de unir a oposição democrática na luta contra a política de classe da oligarquia governante e o papel por vós desempenhado na organização e orientação das forças capazes de apresentar ao país uma alternativa de profundas mudanças de estrutura, levadas a cabo por um novo tipo de governo popular e patriótico, em marcha para o socialismo.

Camaradas: a Revolução portuguesa, depois das conquistas históricas alcançadas pelo nosso povo desde 25 de Abril de 1974, em estreita aliança com o Movimento das Forças Armadas, entra agora numa fase difícil e perigosa. Profundos golpes foram desferidos contra o aparelho de Estado fascista, contra os grupos monopolistas que dominavam a economia portuguesa, contra os grandes agrários, Lado a lado com o M.F.A., o povo português conquistou as liberdades e Portugal tornou-se o país mais livre da Europa capitalista. Os principais sectores monopolistas da economia foram nacionalizados. A Reforma Agrária começou a ser realizada, em especial na zona dos grandes latifúndios do Sul do país. Embora com dificuldades, a descolonização teve, por outro lado, êxitos extraordinários, devidos, antes de tudo, à heroica luta dos povos das ex-colónias, mas para os quais o povo português deu uma contribuição valiosa, fazendo do fim das guerras coloniais e do fim do domínio de Portugal sobre outros povos, um dos objectivos essenciais da sua luta por um país livre, democrático e independente. O movimento popular desenvolveu-se de um modo notável, e multiplicaram-se as organizações e estruturas através das

quais os trabalhadores lutam pelos seus interesses e aumentam a sua intervenção na vida nacional. Os êxitos alcançados pelo povo português no decorrer da sua Revolução, desencadearam os ataques das forças reaccionárias internas e do estrangeiro. Os reflexos dessa ofensiva no quadro das forças empenhadas no processo revolucionário, conduziram a uma crise político-militar, que está na origem da sublevação de alguns sectores militares a 25 de Novembro. Os acontecimentos que acompanharam essa confrontação significaram uma pesada derrota das forças da esquerda militar e das forças revolucionárias no seu conjunto e um avanço das forças da reacção que, tomando posições no aparelho militar e no sistema de poder, põem em perigo as conquistas do povo português.

Nesta conjuntura, o PCP, tal como tem vindo a fazer desde o início da crise, desenvolve todos os esforços no sentido de uma solução política, através de um acordo de acção comum entre as forças progressistas, para defesa e consolidação das liberdades democráticas, das nacionalizações e da Reforma Agrária e para barrar o caminho aos intentos da reacção visando destruir a Revolução em Portugal.

Aproveitamos esta ocasião para agradecer, com profunda emoção, as provas de solidariedade fraternal dos comunistas e do povo da Colômbia para com a Revolução portuguesa e o Partido Comunista Português.

Pela vossa parte, queridos camaradas, podeis estar certos do apoio solidário dos comunistas portugueses, na vossa luta pela liberdade, pelo progresso social, a democracia e o socialismo.

Queridos Camaradas: Estamos certos de que o 12.º Congresso contribuirá para o fortalecimento do vosso Partido e será mais um passo para o alcance do vosso objectivo de criação de um grande Partido de massas, que dirija em todos os seus aspectos as lutas populares e as conduza à vitória.

Viva o Partido Comunista da Colômbia!  
Viva o Internacionalismo Proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português.»

O JORNAL DA CLASSE OPERÁRIA PORTUGUESA

LÊ - ASSINA - DIVULGA

REVISTA INTERNACIONAL Nº 10 À VENDA

ADMITE-SE GUARDA-LIVROS Enviar C. V. e pretensões a este jornal

# PORTUGAL NÃO SERÁ O CHILE DA EUROPA

**A tomada do poder pelo fascismo no Chile é uma experiência dolorosa, sobre a qual, aqui e agora, não é demais insistir. É preciso ter bem presente o processo que conduziu à ascensão dos Pinochets. Hoje, o testemunho, que é também um grito de alerta, vem-nos através das palavras de Angela Jéria, viúva do general da Força Aérea Alberto Bachelet**

Mais do que nunca é imprescindível extrair as lições da tragédia do Chile. As lições sobre a quebra de unidade da classe operária, as lições sobretudo sobre as ilusões de um aparelho militar acima dos antagonismos de classe. Nada nem ninguém pode substituir o papel de vanguarda da classe operária. A classe operária chilena que, por palavras da sua juventude, lança a todo o mundo a convicção no ressurgimento de uma revolução temporariamente derrotada: «Nada nem ninguém impedirá que o povo, mais cedo do que tarde, restitua a democracia e o respeito pelos direitos humanos, vilmente violados pela Junta fascista». Esta a certeza que

porque a reacção havia desencadeado uma acção de sabotagem económica, precisamente no que se referia à distribuição de alimentos. No seu posto, o meu marido fez tudo para evitar essa campanha de sabotagem económica porque estava consciente de que pela primeira vez, na história do Chile, o Programa de Governo tendia a construir uma sociedade mais justa. Fez tudo para evitar esta sabotagem e denunciar os chefes das Forças Armadas oficiais ultrareaccionários nela envolvidos. Por isso, imediatamente após o golpe militar fascista, foi detido com mais de cem oficiais. Foi encarcerado, foi humilhado, foi torturado. Morreu a 11 de Março

Fevereiro de 1975 e, durante o período de Setembro de 1973 até esta data, pude ver como aumentava, em cada dia, o número de desempregados e de crianças mendigas pelas ruas de Santiago, coisa que não se via desde a crise dos anos trinta. É impressionante observar famílias inteiras vasculhando os caixotes de lixo, procurando alguma coisa para comer. No Bairro Alto, as crianças mendigam já não dinheiro mas um pedaço de pão.

A repressão é um instrumento para a Junta Militar poder prosseguir com a sua política económica. Para impressionar os turistas estrangeiros e animar os investimentos do capitalismo internacional, a Junta

transferidas, outras desapareciam, outras ainda saíam e iam entrando diariamente novas prisioneiras. As condições eram terríveis.

Não havia água e durante o mês que lá estive nunca me levaram ao banho embora me perguntassem se eu queria ir e me dessem esperanças nesse sentido. Não se podia suportar o nosso próprio cheiro devido à sujidade e à transpiração. A comida era péssima. A mim pessoalmente submetiram-me a interrogatórios duríssimos de 10 e mais horas, humilhando-me e espancando-me. Como não falei, conduziram-me a uma espécie de cubículo onde estive durante cinco dias. Este cubículo não tinha janela, nem ventilação, não podia andar porque não havia espaço e era completamente escuro. Depois disso, para me intimidarem, levaram-me a assistir a torturas que aplicavam noutra prisioneira. É simplesmente espantoso. Às mulheres, a tortura mais comum é a que chamam barriga eléctrica. Colocam-nas numa cama metálica, aplicam-lhes cabos eléctricos nos braços e nas pernas e depois aplicam-lhes descargas eléctricas nos órgãos genitais. Não importam quais sejam as condições físicas e o estado de saúde dos presos. Entre as detidas que se encontravam incomunicáveis comigo, havia uma rapariga com sete meses de gravidez, outra com oito meses e uma jovem solteira. A de oito meses de gravidez e a moça solteira foram violadas por dois guardas e sujeitas a choques eléctricos. A outra rapariga grávida tentaram também violá-la mas foi tão grande o seu horror que começou com vômitos e tiveram de desistir. Na sala em que estive incomunicável com mais dez pessoas, havia uma jovem de 26 anos com seu filho de seis meses, detido com ela, que era uma criança doente, mongolóide. Lembro também, com dor, o caso de uma prima minha que interrogaram durante oitenta e oito horas seguidas, queimando-lhe os seios com cigarros, os órgãos genitais com velas acesas e destruíram-lhe o canal urinário com electricidade. Estes são apenas alguns dos casos que diariamente ocorrem no Chile.

transferidas, outras desapareciam, outras ainda saíam e iam entrando diariamente novas prisioneiras. As condições eram terríveis.

## A IGREJA CHILENA, UM EXEMPLO DE PATRIOTISMO

«AVANTE!» — A atitude da Igreja no Chile relativamente ao ambiente de repressão que sustenta a ditadura militar tem constituído um exemplo

para todo o mundo, nomeadamente quando verificamos exemplos próximos de elementos da Igreja que, noutros países, quer pela sua convicção, quer pela sua ambiguidade das suas atitudes, são instrumentalizados pela reacção que jogando com os legítimos sentimentos religiosos do povo, os procuram utilizar contra as forças revolucionárias que caluniam e das quais dão uma imagem falsa. Poderias falar-nos das posições da Igreja chilena?

ANGELA JÉRIA — A posição da Igreja chilena é realmente extraordinária. Eu não sou católica e digote que a Igreja católica e a Igreja protestante no Chile reagiram e reagem com notável coragem. Ajudam os presos e perseguidos políticos, denunciam as perseguições e constantes atropelos aos direitos humanos. Eu diria mesmo que a instituição cuja campanha contra a ditadura tem sido mais eficaz é a Igreja católica, a Igreja protestante e as demais igrejas no Chile. As orações colectivas onde participam largos milhares de pessoas são manifestações impressionantes. Numa oração colectiva de há meses em que participaram mais de cinco mil chilenos, o Cardeal de Santiago fez um apelo à paz, e ao respeito dos direitos do homem, e atacou a política

que a Junta Militar Chilena conduz contra todo o povo, quer através da repressão, quer pela desastrosa política económica.

Queria alertar o povo português para a campanha desencadeada pelas forças reaccionárias no Chile antes do golpe. Ajudadas pelo imperialismo, estas forças desenvolveram todos os esforços para levar a direita das Forças Armadas ao golpe. Os meios de comunicação estavam todos controlados pela reacção de um modo, nuns casos, mais claro, noutros, mais encoberito. A imprensa mais importante desenvolveu uma campanha de terror entre a população. Os oficiais hesitantes foram alvejados intensamente por essa campanha das forças reaccionárias e, o que é curioso, de modo particular, as suas mulheres. A maior parte da oficialidade chilena pertence à classe média alta e as mulheres desta camada, de um modo geral, não trabalham, estão marginalizadas da realidade do país. Nós, as mulheres dos patriotas chilenos que estiveram com Allende, trabalhávamos e conhecíamos a realidade do nosso povo. Elas foram presas das manobras da reacção, que jogou com o alheamento de muitas mulheres chilenas. Muitas delas, hoje, se apercebem de que, também elas, são cada vez mais vítimas da ditadura.



leva a própria Junta Militar a recrudescer na violência terrorista com o objectivo de retardar a sua queda, urgente e vital não apenas para o povo chileno mas para os povos de todo o mundo.

Desta violência fala ao «Avante!» Angela Jéria, viúva do general da Força Aérea, Alfredo Bachelet, que morreu na prisão «vítima de ataque cardíaco», um dos eufemismos que não consegue encobrir os assassinatos de que a Junta Militar terá de prestar contas mais cedo do que tarde. Angela Jéria uma mulher chilena resistente como tantas outras, como as mulheres de Concepción que preferem a fome a comer o peixe engordado pelos cadáveres dos presos assassinados no campo de concentração que são lançados ao mar e dão à praia, semi-devorados, olhos vazios num grito que é um alerta aos povos de todo o mundo.

ANGELA JÉRIA — sou a viúva de Alfredo Bachelet, general da Força Aérea, patriota chileno. Em Janeiro de 1973, o meu marido foi chamado pelo presidente Allende para tomar a seu cargo a Secretaria Geral da Distribuição. Era um dos problemas mais difíceis que enfrentava o Poder Popular

de 1973, no Cárcere Público de Santiago, «vítima de um ataque cardíaco».

**25% DE DESEMPREGO, 800% DE INFLACÇÃO**

ANGELA JÉRIA — O golpe militar foi muito cruel. Somente no mês de Setembro de 1973 foram mortas mais de 30 mil pessoas e a repressão ao povo chileno foi violentíssima. Mas a repressão económica não é menos dura e atinge todo o povo, não só a classe operária mas também a pequena burguesia e, cada vez mais, vastas camadas da média burguesia. A política económica conduzida pela Junta Militar Chilena, destinada a proteger os grandes monopólios e o capitalismo nacional e internacional, levou o país a uma miséria extrema.

O desemprego no Chile é de mais de 25%, o que significa que em cerca de 800 mil lares o chefe de família não encontra trabalho.

Em 1974, segundo dados do Banco Mundial, a inflação atingiu 600% e, de Janeiro a Setembro deste ano, aumentou mais 200%. Eu fui expulsa do Chile em

deve apresentar um país tranquilo com uma mão-de-obra barata e «amestrada». Mas para que o povo aceite as suas condições de vida e não se subleve, a Junta mantém um terrível aparelho repressivo.

## TORTURAS E CRIMES

«AVANTE?» — Apesar do muito que se tem escrito e divulgado em Portugal sobre a repressão fascista, apesar da nossa própria experiência dolorosamente acumulada durante 48 anos, persistem camadas da população que encaram estes factos como muito longínquos da sua vida e não se apercebem ainda que o regresso do fascismo significa ainda maior furor das forças repressivas, significa um recrutamento das torturas e dos crimes, única maneira de dominar um povo que já conheceu o clima da liberdade. A tua própria experiência é um exemplo de como governam as ditaduras, uma vez retornadas ao poder, como esse governo é ainda mais feroz porque, entretanto, os que o apoiam conheceram a sua própria fragilidade.

ANGELA JÉRIA — No campo de concentração onde eu me encontrava havia cerca de cem pessoas. Não eram sempre as mesmas porque umas eram

nal, a minha filha safu em liberdade e eu fui expulsa do Chile, sem que me tivessem movido nenhum processo e sem que soubesse exactamente do que me acusavam. Fui levada directamente do campo para um centro de investigações, onde tive de dormir a monte com presos de delito comum, e aí me informaram de que me iam expulsar. Conduziram-me, então, para o aeroporto, onde vi a minha família durante um quarto de hora e que me disse que o decreto de expulsão me apontava como um elemento muito perigoso para a segurança interna do Chile. Terá interesse relatar algumas das torturas a que assisti...

«AVANTE!» — Pensamos que sim, que é necessário denunciar veementemente as torturas a que milhares de pessoas são submetidas no Chile assim como noutros países de regime ditatorial, porque essa denúncia constituirá um grito de alerta para o povo português, levando-o a cerrar mais firmemente fileiras contra a reacção.

ANGELA JÉRIA — No campo de concentração onde eu me encontrava havia cerca de cem pessoas. Não eram sempre as mesmas porque umas eram

## SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL, FORTE APOIO DA RESISTÊNCIA CHILENA

«AVANTE!» — Esses factos constituem um atentado contra toda a humanidade e não somente contra o povo chileno. Algumas das medidas tomadas pela Junta Militar Chilena quanto a libertação de presos políticos têm sido motivadas pela reacção das forças progressistas de todo o mundo em luta contra o fascismo. Podemos dizer que apesar da férrea censura da Junta que isola o povo chileno, este sente a solidariedade internacional!

ANGELA JÉRIA — Posso dizer-vos que para o povo chileno a solidariedade internacional é, neste momento, o mais importante apoio da sua resistência. O meu caso é um exemplo. Consegui a liberdade, se é que se pode falar de liberdade quando se foi expulsa do seu país e esse país vive sob o terror — mas saí do campo de concentração exclusivamente por obra da solidariedade internacional. Sei que a campanha foi muito forte porque o meu marido era um general da Força Aérea conhecido e foi um grande patriota. Mas existem no meu país centenas e centenas de homens e de mulheres anónimos pelos quais é imprescindível

Os êxitos alcançados pelos patriotas da República Popular de Angola na luta contra os invasores sul-africanos e de outros países que vieram em socorro da reacção interna, fizeram que alguns círculos no Ocidente perdessem o sangue frio. Evidência disso é o artigo de carácter provocador que apareceu no dia 26 de Novembro no jornal conservador britânico «Daily Telegraph».

Os redactores deste periódico, que procuram explicar as derrotas sofridas pelos agressores por uma mítica «interferência» de Moscovo, citam Washington a que, em vez de «balidos de cordeiro», tome «medidas radicais».

O jornal, que conhece bem o lado fraco dos apologistas da «guerra fria» no ultramar, assegura que a URSS pretende «humilhar os Estados Unidos» numa região que «se encontra sob o controlo estratégico da América». Contudo, o jornal britânico não precisa quem (e quando) entregou Angola ao controlo do Pentágono. Uma coisa ainda não está clara: como a União Soviética pretende humilhar os Estados Unidos e com que objectivo. Todavia, é evidente o plano dos instigadores do «Daily Telegraph»: os inimigos de Angola, sobretudo os racistas sul-africanos que sempre consideraram os conservadores britânicos como um dos seus esteiros, encontram-se numa situação extremamente difícil e é pouco provável que possam sair dela sem ajuda de outros. E por isso que o porta-voz dos círculos conservadores britânicos conclui os EUA a uma intromissão mais activa nos assuntos internos de Angola. Aqueles que querem que os EUA se envolvam no conflito de Angola têm em mente não o prestígio norte-americano mas os interesses dos meios exploradores britânicos na África Austral. Quanto ao prestígio dos EUA, os que dão ouvidos, aos apelos provocadores vindos das margens do Tamisa e começam a pedir a escalada da presença norte-americana em Angola, fariam bem se, recordassem o prejuízo causado a esse prestígio pela participação do Pentágono na aventura do Vietname.

ANGELA JÉRIA — Posso dizer-vos que para o povo chileno a solidariedade internacional é, neste momento, o mais importante apoio da sua resistência. O meu caso é um exemplo. Consegui a liberdade, se é que se pode falar de liberdade quando se foi expulsa do seu país e esse país vive sob o terror — mas saí do campo de concentração exclusivamente por obra da solidariedade internacional. Sei que a campanha foi muito forte porque o meu marido era um general da Força Aérea conhecido e foi um grande patriota. Mas existem no meu país centenas e centenas de homens e de mulheres anónimos pelos quais é imprescindível

## CONSELHEIROS E INSTRUTORES CHINESES CONTRA O POVO ANGOLANO

Entretanto, segundo notícias publicadas recentemente na imprensa africana, autoridades chinesas e americanas, mais de uma vez trocaram opiniões em Pequim acerca da situação em Angola e da ajuda à FNLA. Em encontros americano-chineses confidenciais, nos quais, entre outros, tomou parte o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, as partes resolveram aumentar a ajuda militar a H. Roberto, tendo-se feito o ajuste de que a China aumentaria a exportação de armas para Angola e tendo-se chegado a um acordo de que era indispensável a presença

de conselheiros e instrutores chineses nas tropas em operações da FNLA.

Nos termos deste acordo, Pequim exporta para Angola grandes partidas de armas, que são usadas pelos círculos neocolonialistas para combater as forças realmente patrióticas deste país. A FNLA é a organização a quem se destina a maior parte das armas chinesas.

Ao fortalecimento da máquina de guerra da FNLA concorre, em grande parte, o envio pela China de instrutores e conselheiros militares, cujo total, segundo notícias da Agência France Presse (incluindo os técnicos militares que formam quadros para a FNLA no vizinho Zaire) soma 119. Segundo escrevia o jornal «Le Monde», os emissários incumbidos do recrutamento para o exército da FNLA, percorrem as aldeias, seleccionando jovens que atingiram a idade em que já podem carregar uma espingarda. Depois, estes recrutados são levados, em camiões, para os acampamentos distantes de Kinkusu e Kotakomi no Zaire, onde instrutores chineses, em poucas semanas, formam com eles «detachamentos de choque». Actuando desta maneira, em 1974, por meio de técnicos seus e de armas suas, os maioistas formaram e equiparam, no território do Zaire, uma divisão da F. N. L. A.

«Todos os meus soldados foram treinados por chineses» — declarou abertamente no dia 6 de Junho de 1975, nas páginas do «Le Monde», o presidente da FNLA, H. Roberto. Sou um grande admirador dos chineses e do que eles já conseguiram — acrescentou — pois «os chineses ajudam-me incondicionalmente».

Os contactos de Pequim com a UNITA — outra organização das forças de direita de Angola — são também marcados pelo chauvinismo de grande potência do grupo de Mao Tse-Tung. A UNITA recebe ajuda financeira da China através da Grã-Bretanha. O seu representante em Londres, segundo notícias da imprensa africana, é o pastor sul-africano I. Busch. Sob a pressão de Pequim, a UNITA negou-se a entrar em acordo com o MPLA, o que criou obstáculos ao desenvolvimento da luta nacional-libertadora em Angola.

Os actuais leaders da República Popular da China não poupam esforços para fundamente o pretenso papel de «vanguarda» da China no processo revolucionário mundial, procurando fazê-la passar pelo aliado mais fiel e coerente dos povos da Ásia, África e América Latina na sua luta pela libertação nacional, contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo.

Visando alcançar o fim acima apontado, Pequim serve-se de todas as oportunidades para lembrar mais uma vez aos representantes dos países em desenvolvimento o «apoio» da RPC aos processos revolucionários, qualquer que seja a área do globo em que eles ocorram. Uma destas medidas de propaganda adoptadas pelos maioistas nos últimos tempos, veio a ser o discurso proferido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China,

Chiao Kuan-Hua, na sessão plenária da 30.ª sessão da Assembleia geral da ONU.

Ao expor o ponto de vista de Pequim sobre os actuais acontecimentos em Angola, Chiao Kuan-Hua muito se esforçou para provar que a China, supostamente, sempre mantivera uma posição neutra para com as três principais forças políticas deste Estado — o MPLA, a FNLA e a UNITA.

## O ENVOLVIMENTO DE PEQUIM NÃO É DE HOJE

E que Pequim teria sempre agido de modo a criar condições que ajudassem a acabar com as divergências e concorressem o apaziguamento e à unificação do país. Todavia todas as acções concretas dos dirigentes pequinenses provam que Pequim, visando os seus fins hegemónicos, sempre tem desenvolvido uma actividade de sapa contra o povo de Angola e deu activo apoio aos agrupamentos e organizações pró-imperialistas, impelindo-as a arguêrem-se contra os verdadeiros representantes do povo angolano, a sua vanguarda, que é o M.P.L.A. Já nos começos da década de 60, os «leaders» chineses davam abertamente maior forte a Holden Roberto — elemento alheio aos autênticos interesses do povo angolano e leader da F.N.L.A. — uma organização que mantém estreitas ligações com o capital monopolista internacional. Em Dezembro de 1963, Holden Roberto teve um encontro, em Nairobi, com o ministro dos Estrangeiros da RPC, Chen Yi, e com outras autoridades chinesas. Durante estas conversações, H. Roberto, que representava o chamado «governo provisório de Angola no exílio», foi prometida a ajuda chinesa, muito embora a organização por ele encabeçada, já nesta altura tivesse comprovado ser uma força que se opunha a todas e quaisquer tentativas de conseguir a unidade dentro do movimento nacional-libertador de Angola.

Paralelamente, os maioistas assumiram uma posição francamente hostil em relação ao MPLA. Sob a influência directa de Pequim, em fins de 1963, o MPLA dividiu-se. Dele deixou de fazer parte um grupo de elementos esquerdistas, que acusaram a direcção do MPLA de ter renunciado à luta armada e feito conluio com o imperialismo. A seguir, realizaram-se conversações entre este agrupamento e H. Roberto, acabando ambos por se unirem.

Os maioistas persistem ainda hoje na linha de oposição aos esforços das forças progressistas de Angola na sua luta pela independência, do que é prova a ampliação pela parte chinesa dos contactos com os «leaders» da FNLA e a ajuda política e militar directa a estes proporcionada pela China em estreita coordenação com os círculos imperialistas ocidentais.